

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Quéli Flach Anschau

Ocupação coletiva de espaços públicos por jovens de Blumenau.

Florianópolis
Abril de 2008
Quéli Flach Anschau

Ocupação coletiva de espaços públicos por jovens de Blumenau

Dissertação apresentada à banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre junto ao programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Professora Doutora Janice Tirelli Ponte de Sousa.

Florianópolis
Abril de 2008

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
------------------	---

CAPÍTULO I	9
ESFERA PÚBLICA E ESPAÇO URBANO	9
1.1. Espaço Público, Espaço Político e espaço social (Urbano e de Rua)	9
1.2 Desenvolvimento Urbano e os propósitos da Cidade	15
1.2.1 Blumenau em cena	15
1.2.2 A cidade, a vida urbana e os modos de vida.....	20
1.2.3 Juventude e espaço público na história	26
CAPÍTULO II.....	29
JUVENTUDES E CONTEMPORANEIDADE	29
2.1 Aspectos Sociológicos da Categoria Juventude	29
2.2 Potencialidades Juvenis: Sociabilidade e Juvenilização.....	36
2.3 Como Blumenau é pensada por seus Jovens	38
CAPITULO III	49
TÍTULO.....
3.1 O Campo e as Estratégias.....	49
3.2 Os Espaços e os Grupos	58
3.2.2 Jovens de preto nos jardins da cerveja	62
3.2.3 Prainha, espaço da diversidade juvenil.....	65
3.2.4 O Circuito na Rua XV de Novembro.....	70
3.2.5 Passarela Antônio da Veiga e o Palco dos Estudantes.....	72
3.2.6 O Parque, uma apropriação devida.....	77
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
5. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	90
6. GLOSSÁRIO.....	94
7. ANEXOS.....	96

INTRODUÇÃO

Desde nosso primeiro contato com temáticas sobre a infância e juventude em 2000, quando exercíamos a representação de conselheira tutelar na cidade de Blumenau, compreendemos que a leitura legalista e de atendimento estatal como garantia de direito não contemplava a população criança e jovem em sua plenitude de sujeito. Consideramos necessário recorrer a elementos analíticos conjunturais para explicar as relações práticas de violação de direitos e de desrespeito que se efetiva num discurso de garantia de direitos.

Nesse contexto de insatisfação, ao tomarmos conhecimento de alguns textos sociológicos percebemos que era essa a leitura que provocaria uma melhor apreensão de alguns fenômenos entranhados nas práticas, que até então visualizávamos, mas não conseguíamos nomeá-los ou simplesmente analisá-los.

Neste sentido, foi possível formularmos essa proposta de estudo a partir do entendimento de que o recorte etário dado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) como um recurso organizador do atendimento governamental, mobiliza a sociedade civil em torno de dois segmentos, crianças e adolescentes, mas não os consideram como sujeitos, como protagonistas dessa lei. Ao contrário, a abordagem das suas questões apóia-se numa interpretação fragmentada e não respeita sua condição de ser social, ora com ações tuteladoras, no caso das crianças, ora repressoras, no caso dos jovens.

Respaldados em autores como Manheimm (1978), Abramo (1994), Pais (1996) Sousa (1999), Margulis (2000) e Groppo (2000), propusemos, então, um estudo que tem como objeto a condição juvenil, na maioria das situações identificada apenas como problema social, sem a compreensão de que o seu vigor etário lhe confere possibilidades de expressões e atuações as quais transferem à essa condição, também, uma identidade política. Ao discutirmos o tema da juventude nessa perspectiva sociológica acreditamos nos aproximar do fenômeno histórico cultural que envolve o jovem como categoria social.

Tomamos como referência contextual a cidade Blumenau, no Estado de Santa Catarina, dadas as características da sua formação urbana, ao longo das últimas décadas. Como em muitas outras cidades brasileiras, se constituiu por meio de um processo de modernização que demarcou

a introdução de novos hábitos e questionamento dos costumes, os quais foram assimilados e incorporados pelos sujeitos jovens

Procuramos abordar o segmento social da juventude na sua relação com o desenvolvimento da vida urbana, considerando-o não só nas definições biológicas, mas também como um segmento social em estado de transitoriedade e/ou situado numa dada historicidade e que constrói suas formas de organização nos espaços públicos, em especial a rua. Tratam-se de espaços que são identificados como um território ocupado por uma geração que cria identidade na composição do cenário da vida urbana e, ao mesmo tempo, interferem no processo de construção identitária desses sujeitos.

Portanto, a abordagem da questão juvenil, na sua relação com a cidade a partir da sua condição também como uma fase de vida cujo potencial pode ser direcionado - porque traz em si um vigor próprio - é condição *sine qua non* para o entendimento da diversidade expressões políticas que esses assumem na vida urbana. Em se tratando da cidade de Blumenau, como cidade pautada numa germanidade aparente, cujo elemento principal está ligado à idéia de um mito fundador, a abordagem das questões juvenis na sua relação com o espaço urbano implica assumir, analiticamente, um olhar diferenciado.

Partimos das seguintes hipóteses para a realização deste trabalho:

1. O fato ainda presente de que a cidade de Blumenau ainda está no imaginário da sua população apenas como corredor de serviço ou algo expositivo — como “cartão postal”, acentua um não-reconhecimento do espaço público como espaço-cidadão, e por isso a ocupação juvenil é intitulada como delinqüente e perigosa;
2. As políticas sociais para os jovens, como veremos com Abad (2002), tendem a reproduzir ou manter as potencialidades juvenis numa perspectiva de reprodução social (e do capital). Por isso, o movimento juvenil - expresso em nossa problemática - não se sente contemplado com o atendimento que lhe é dado pelos órgãos públicos. Entendemos ser isso um reflexo das leis que caracterizam o estado democrático e de direito, onde a definição conceitual de juventude é fragmentada: a população 12 a 18 anos, considerada “juventude” é contemplada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e a de 18 a 25, pelo código civil.

Sendo a Juventude uma fase de vida que traz em si um vigor próprio, embora seja um potencial que pode ser direcionado, é condição indispensável a necessidade de auto-expressar-se

em suas diferentes formas, expandindo-as de modo revelador no espaço público, e, com isso, de provocar um rejuvenescimento da cidade.

Para sistematizarmos essa discussão, dedicamos o primeiro capítulo ao debate acerca da esfera pública e seus elementos históricos de emancipação humana. Analisamos, nessa parte, como o espaço público é entendido atualmente; onde elementos da esfera privada, que na contemporaneidade fazem interface direta com elementos da esfera pública, se apresentam de forma determinante, falseando uma privatização do público quando lhe é interessante e permitindo a continuidade de um público, cuja representação de público é duvidosa. Em meio a isso, refletimos que este espaço – o público – não deixou de ser o espaço de objetivar expressões e constituir identidades tanto individuais como coletivas, numa perspectiva emancipatória.

Para facilitar o processo de compreensão do funcionamento do espaço público, ainda no primeiro capítulo, contextualizamos a história das cidades, seus modos de vida bem como suas peculiaridades e interfaces comuns ao processo de urbanização brasileira. Trata-se de uma discussão necessária para compreendermos as representações acerca da cidade e das práticas efetivadas em seu contexto. O que é cidade? Como acontece a interação dos cidadãos com ela, atualmente ela é palco de que, de quem? Neste sentido vamos inserindo o nosso público de interesse, os sujeitos jovens e suas práticas nos espaços da cidade. Buscando compreender se há uma reapropriação do público enquanto exercício cidadão, em seu sentido emancipatório ou não.

Essa discussão parte do reconhecimento da organização dos jovens no espaço da rua ou do espaço público e considera que esses espaços ao mesmo tempo em que são identificados como um território ocupado por uma geração que cria identidade na composição do cenário da vida urbana, interfere no processo de construção do sujeito.

Portanto, nesse contexto, a rua passa a ter expressividade diferenciada em meio a um mundo de ofertas mercadológicas, torna-se palco de significações subjetivas de uma geração. Por isso, nessa discussão fazemos o resgate do espaço comum, considerado-a em suas várias dimensões, pois é onde efetivamente acontece, na cidade de Blumenau, o encontro dos jovens. Para dar sentido a esse resgate, foi necessário definir de que jovem falamos ou o que é juventude e suas implicações sociais.

Dedicamos o segundo capítulo a uma abordagem acerca do segmento social da juventude, buscando conceituá-lo sociologicamente e apresentá-lo na sua relação com o desenvolvimento da

vida urbana. Consideramos a juventude não só nas definições biológicas, mas também como uma categoria social em estado de transitoriedade e/ou situada numa dada historicidade. Ainda neste capítulo, faz-se necessário compreender o contexto da cidade a qual nos referimos para então falarmos de seu envolvimento com seus jovens e de seus jovens com ela. Neste sentido, apresentamos um breve resgate histórico sobre a construção da cidade de Blumenau no processo de ocupação da região do Médio Vale do Itajaí. Essa trajetória aponta para uma relação direta com a lógica econômica e política ligada à divisão de terras, ao trabalho e às transformações culturais decorrentes, permitindo-nos compreender a dinâmica urbana e o movimento dos grupos sociais que dela são partes constituintes.

Procurando não perder o objetivo de uma reflexão acerca da ocupação dos espaços públicos/rua da cidade de Blumenau realizadas pela população jovem, apresentamos ainda na recuperação histórica do desenvolvimento de Blumenau um panorama e uma análise acerca dos serviços públicos destinados aos jovens pela gestão das políticas públicas desta cidade. Debates qual institucionalidade é apresentada ao jovem pela cidade. Se o envolvimento nos programas sociais oferecidos é uma alternativa e se corroboram a criação de uma cultura juvenil determinada ou não. Se eles - os programas - atuam no sentido de provocar uma discussão no caminho de dar visibilidade às potencialidades destes jovens e de seus atos nesses espaços. Se esse envolvimento contribui para a socialização desses atores sociais ou da juvenização da sociedade, ou seja, se há o desenvolvimento de uma sociabilidade juvenil por meio da apropriação do espaço urbano num processo resultante de pulverização desse espaço no contexto da cidade.

A partir desse quadro, onde o espaço público foi problematizado, o desenvolvimento urbano foi abordado e questões específicas de Blumenau foram apresentadas, problematizamos no terceiro capítulo, as práticas desses jovens e o que ocorre na relação espaço público e juventude em Blumenau. Quais são os espaços que os jovens blumenauenses ocupam, o que esses espaços representam para a cidade e para eles. Quais são as práticas exercidas nesses espaços, o que define as ocupações, os grupos. Que perfil apresentam e qual o objetivo de suas ocupações. Nessa lógica, discorreremos a cerca do perfil geral dos grupos, para em seguida apresentar o perfil de cada grupo e a expressão de alguns sujeitos desses grupos.

Para esse alcance, tivemos em nosso trabalho de pesquisa, quatro momentos. O primeiro referiu-se ao resgate histórico/geográfico da cidade de Blumenau, o reconhecimento dos serviços

públicos destinados aos jovens nesta cidade. Isso demandou pesquisa bibliográfica, visitas a instituições públicas¹ e pesquisa documental no acervo do Arquivo Histórico, na Prefeitura Municipal, bem como entrevistas com atores que ao longo de suas narrativas nos foram indicando outras referências.

O segundo momento consistiu no reconhecimento espacial da cidade e de seus principais locais de encontros juvenis. Isto ocorreu através de observações a partir de visitas continuadas a em diferentes locais, dias e horários. Para tanto, visitamos praças, parques, bosques, shopping, bares, delimitando assim, uma região para as incursões. A região central foi a de maior destaque por sua concentração e seus movimentos. Entretanto, como a extensão territorial de Blumenau é verticalizada e o centro da cidade se constituiu a partir de três ruas, consideramos necessário agregar na aproximação com os sujeitos da pesquisa alguns bairros à margem do centro. Estes bairros se caracterizam como residenciais de classe média baixa e alguns como comerciais. Juntos, somam um considerável número de instrumentos de lazer e, por sua vez, de espaços públicos comuns.

A partir desse reconhecimento, foi possível definir o recorte geográfico espacial a ser pesquisado considerando, para essa definição, o número de jovens e a assiduidade das ocupações. Com esse recorte, foi possível executar o terceiro momento da pesquisa: o aprofundamento documental. Este consistiu num retorno ao acervo do arquivo histórico da cidade, buscando-se resgatar a historicidade de cada espaço eleito para as abordagens da pesquisa, através da análise do discurso institucional. E ainda, empreendemos as visitas nos serviços públicos mapeados no primeiro momento desse trabalho tendo como referência de abordagem as questões apontadas pelos jovens nos espaços eleitos durante o período de reconhecimento².

Por fim, fomos a campo sistematicamente para dar voz aos sujeitos da nossa pesquisa, os jovens, cuja síntese e análise dos relatos encontram-se no terceiro capítulo desse trabalho e em sua conclusão.

¹ Para tanto, interagimos com as seguintes instituições: Secretaria Municipal de Assistência Social, Diretoria da Criança e Adolescente ligada a essa mesma Secretaria, Centro de Referência de Assistência Social/CRASS do bairro Velha (segundo maior bairro de Blumenau e único a ter CRASS), Assessoria de Assuntos para Juventude, Polícia Militar e Guarda Municipal de Trânsito.

² Utilizamos nesse momento uma pesquisa de mão dupla: ouvimos os jovens, no período de mapeamento, acerca dos serviços prestados e com esse referencial de informações entrevistamos técnicos e gestores dos serviços, tentando fazer o contraponto às informações obtidas com os jovens.

Os jovens são o que são, mas também são (sem que sejam) o que deles se pensa, os mitos que sobre eles se criam” (PAIS, 2000).

CAPÍTULO I

ESFERA PÚBLICA E ESPAÇO URBANO

1.1. ESPAÇO PÚBLICO, ESPAÇO POLÍTICO E ESPAÇO SOCIAL (URBANO E DE RUA)

Para discutir espaços públicos, tornou-se indispensável dialogar com Hannah Arendt (1983) quando de seu debate sobre as transformações da esfera pública na modernidade, o qual traz referências analíticas para reconhecermos esse processo e construirmos elementos contextualizados a esse respeito.

A riqueza da abordagem de Arendt (1983) consiste em reconhecer as peculiaridades da esfera pública, exaltá-la como espaço potencial das interações, articulações e de constituição da vida política. Considerando que a esfera pública sempre acolheu e repercutiu as ações nela exercitadas, a autora afirma que não se trata de um espaço estanque, linear e sim, dinâmico pois, “[...] muda segundo as atividades que nela são admitidas [...]” e ainda, por excelência é o espaço das revelações, de modo que “[...] nem a educação nem a engenhosidade nem o talento podem substituir os elementos constitutivos da esfera pública, que fazem dela o local adequado para a excelência humana” (ARENDR, 1983, p.59).

Uma das considerações fundamentais do pensamento de Hannah Arendt (1983) é sobre o fato de os homens, como tais, serem indivíduos únicos, capazes de uma ação original, a qual só é possível se exercida no público, na esfera pública.

Para a autora, o espaço público é o espaço do aparecimento e da visibilidade, o espaço da experiência humana, sendo dessa experiência que nasce o pensamento e a possibilidade da construção da realidade e, por conseguinte, da garantia da história. Por isso que para Arendt (1981), a perda do espaço público é mais que a perda de um espaço comum entre os homens.

O espaço privado, na discussão de Arendt (1981), seria o espaço das necessidades, da construção subjetividade que se trazida para o âmbito público levaria os indivíduos a agirem a partir do imperativo da necessidade, ou seja, da defesa de seus interesses subjetivos. Para Arendt,

os imperativos da necessidade invadiram a esfera do público de tal forma, que esta terminou por se desconfigurar, transformando-se numa vasta administração técnica e burocrática a qual existe apenas em função da economia (TELLES, 1990, p.2)

A grande discussão de Hannah Arendt (1981) sobre esfera pública passa pela seguinte problematização: na modernidade, as fronteiras entre público e privado se diluíram, as necessidades subjetivas dos indivíduos invadiram a cena do espaço público levando-os à decadência da condição humana pela privação do exercício da liberdade, pelo descredenciamento da ação e da palavra como algo cheio de significados e sentidos para a construção da história dos homens. Pois, para a autora, a perda do espaço público significa mais do que a perda do espaço comum entre os homens: é a perda da condição humana, do ato criativo e ordinário do homem.

O que sentimos falta na discussão travada por Arendt (1981) são alguns elementos de considerações sobre as ações do privado que transcendem as fronteiras entre o público e privado, ações estas que - apesar de não consideradas em sua análise - entendemos não se constituir apenas em necessidades subjetivas que, por sua vez, podem levar a um desvirtuamento do espaço público.

Concordamos com seu pensamento no que diz respeito ao exercício para a excelência da condição humana na esfera pública, entretanto, devemos acrescentar que a esfera pública é também um espaço de conflitos e potencialidade humanas, não apenas no que se refere ao aspecto da formação do pensamento crítico ou da ação política. Mesmo com as fronteiras entre o público e privado tendo se diluído na modernidade, como afirma a autora, abrindo brechas para uma massificação e exercícios autoritários, a esfera pública pode ainda, e, por esse acontecimento, se constituir como o espaço comum de exercício das potencialidades humanas, as quais provocam tanto a construção de identidades sociais como a excelência humana, que para Arendt (1981), só é possível através do exercício político.

Cabe salientar, então, que em nosso trabalho resgatamos Arendt por considerar sua fundamental contribuição sobre o que vem a ser esfera pública, apesar de não ficarmos somente com seus aspectos políticos. Tomamos deste referencial analítico sua afirmação de diluição das fronteiras entre o público e privado para trazer à discussão elementos do privado, os quais na modernidade acessam a cena pública sem necessariamente se constituírem ação política. São elementos do social que adentram o espaço público, geram conflitos, apresentam necessidades

subjetivas, mas também, publicizam práticas de sociabilidade e construção de identidades. E, como afirma Arendt, para o exercício político, levam também à reapropriação da própria coisa pública.

Neste sentido, trazemos Heller (2004) ao debate para acrescentar aos argumentos de Arendt (1981) outros, que considerem na fragmentação das fronteiras a possibilidade de novas práticas humanas e suas potencialidade no espaço público, não necessariamente da prática política.

É com Agnes Heller (2004) que a discussão de “esfera social” ganha consistência. Forte interlocutora dos escritos de Hannah Arendt, procura sempre tecer afirmações e questionamentos que ampliem a leitura sobre a autora. Em seu livro *A Condição Pós-Moderna da Modernidade* afirma que para o exercício da ação política, se faz necessário virtudes cívicas, que são elaboradas nas relações sociais.

Para ela as “[...] virtudes são traços de caráter tido como exemplares por uma comunidade de pessoas” (HELLER; FEHÉR, 1989, p.117) e são cívicas porque envolvem atos civis, construção moral e social e não atos de direito constituídos em lei. Se relacionam com os valores universais da liberdade e da vida, pelo valor condicional da igualdade e pelo valor de procedimento da racionalidade comunicativa (HELLER, 2004, p.117). Neste sentido, se elabora que as virtudes cívicas são comuns a todos, porque integram a *res publica*.

Precisamos desenvolver em nós as virtudes cívicas da tolerância radical, da coragem civil, da solidariedade, justiça e as virtudes intelectuais da *phronesis* e da racionalidade discursiva. A prática dessas virtudes faz da ‘cidade’ aquilo que ela deve ser: a soma total de todos os seus cidadãos. Quaisquer outras virtudes que homens e mulheres desenvolvam além dessas virtudes cívicas contribuem para sua própria vida boa. As virtudes cívicas contribuem para a vida boa de todos (HELLER; FEHÉR, 2004, p.88).

Ao incluirmos as virtudes cívicas abordadas por Heller, consideramos na discussão a vida social como complemento do espaço público, em outras palavras, tratamos de relações subjetivas, familiares e articulações cotidianas, pois estas envolvem construção moral e social, como afirma a autora. Neste sentido, torna-se imprescindível em nosso trabalho esse resgate com Heller sobre as virtudes cívicas que nesse campo se consolidam.

Segundo Heller (2004) é impossível estar na esfera pública somente com a formação política ou para a construção dela. Ela afirma que o social também é político, mas o político não é

social na medida em que para estar na esfera pública faz a negação do social, como vimos em Arendt (1983). O social reconhece o político antes desse devido às virtudes cívicas, mas isto não significa autonomia ou desalienação consciente. Talvez, signifique apenas um enfrentamento do/no contexto a partir das virtudes e não necessariamente de uma militância que se encontra no campo político.

Visando o esclarecimento da problemática discorreremos a seguir sobre nossa compreensão de espaço público e onde as concepções de Agnes Heller (2004) se encaixam com mais propriedade na conjuntura dessa discussão.

Ao referenciar espaço público como espaço para o exercício de potencialidades, estamos tentando compreender a relação entre o político e o social nesse contexto. Entendemos que o primeiro agrega aos dois movimentos, numa espécie de ser e estar historicamente, sendo reconhecido na sociedade contemporânea como processo democrático.

Antes desse aprofundamento, torna-se indispensável citar que foi Habermas (1990) quem popularizou o uso do conceito de espaço público ao apresentar a discussão sobre a mudança estrutural da esfera pública. No entanto, o resgatamos aqui apenas como referência histórica. Na reflexão desse autor, o espaço público se define como a esfera intermédia que se constituiu historicamente entre a sociedade civil e o Estado. É o lugar acessível a todos os cidadãos, onde um público se reúne para formular opinião, uma opinião pública. Para ele, o intercâmbio discursivo de posições racionais sobre problemas de interesse geral permite identificar uma opinião pública.

Entretanto, como nem tudo que acontece no espaço público tem somente cunho político, articulador ou discursivo, podemos considerar, portanto, que Habermas, apesar de fazer uma discussão com propriedade acerca do espaço público, tem sua ênfase, assim como Arendt (1981) na afirmação desse espaço somente como um espaço de articulações e essencialmente formador de homens e de opinião. Na discussão de Habermas acerca da esfera pública faltam, segundo Costa (1994), referências à necessidade de horizontalizar os processos decisórios. Para o autor; “o espaço público se mostra poroso à força expressiva não apenas dos argumentos, mas também da *performance* e das formas não-verbais de comunicação”. Ele chama atenção para o fato de que, se não houver esse reconhecimento, o espaço público pode se prestar indefinidamente à

reprodução do poder daqueles que historicamente dominaram o processo de produção do discurso verbal.

Afirma Costa (1994) que nas democracias maduras, a esfera pública se apresenta como um fórum comunicativo aberto e dinâmico, no qual novas questões são permanentemente introduzidas na ordem do dia. Para ele, não há uma distinção apriorística das fronteiras do público e do privado que defina de saída os temas passíveis de tratamento político. Nesse sentido, ele afirma que: “a esfera pública apresenta-se, como órbita porosa e ubíqua que perpassa todos os níveis da sociedade e incorpora o conjunto dos discursos, visões de mundo e interpretações que adquirem visibilidade e expressão pública” (COSTA, 1994, p.33)

Portanto, para esse autor, o que existe é uma variedade de fóruns e arenas comunicativas que, na medida em que reivindicam algum sentido político, convergem para a esfera pública nacional, compartilhada e acessível ao conjunto dos cidadãos. Em suma, nesse contexto, a esfera pública constitui uma arena viva e dinâmica, na qual tem lugar um permanente processo de construção, desconstrução e reconstrução discursiva e simbólica da nação.

Esses elementos tomam maior dimensão na política democrática moderna, o que reside no alargamento do espaço político, na medida em que contempla um movimento de democratização dos espaços, das relações. Vale lembrar que falamos de uma democratização pautada nos moldes burguês e liberal, desatreladas totalmente das virtudes cívicas apontadas por Heller (2004).

A partir de Arendt, Jovchelovitch (1995), ao fazer a discussão sobre espaço público, reconhece a esfera pública como espaço para excelência humana. Contudo, também, chama a atenção para os novos formatos de esfera pública. Segundo ela, não é possível falar de espaço público nas sociedades modernas somente referenciando a *pólis* e o exercício político nela exercido. Para ela, o fato de as sociedades modernas terem adotado como referência os valores liberais e burgueses (a concepção de esfera pública explicita elementos do social regulador), há uma indistinção entre o que é público e o que é privado. Os exercícios políticos na esfera pública ficam comprometidos nesse novo cenário, sendo isto o que referenciamos até o momento.

O fundamental da discussão de Jovchelovitch (1995) é que se reafirma a necessidade do exercício da vida pública. Para a autora, a vida pública possibilita as condições necessárias para a permanência e história, pois “[...] é a arena de encontros da vida pública que garantem as

condições para descobrir as preocupações comuns do presente, projetar o futuro e identificar aquilo que o presente e o futuro devem ao passado” (JOVCHELOVITCH, 1995, p.68).

É nessa direção, do público como arena de encontros da vida pública para o exercício das dimensões social, comum e política, que colocamos em questão a ocupação desse espaço, em especial o espaço da rua, que nas cidades modernas é o espaço do passante, mas não necessariamente daquele que estabelece vínculos com os lugares e pessoas do mesmo espaço, ou, faz desse espaço palco político. Isso porque, como Certaux (1994), entendemos que sair de casa, andar pela rua, é efetuar um ato cultural, não-arbitrário que inscreve o habitante em uma rede de sinais sociais que lhe são preexistentes, garantindo uma memória através da prática conforme um saber muitas vezes não sabido.

Assim, o espaço da rua assume o tratamento de espaço mediador de relações entre o público e privado, se constituindo o espaço comum. Por isso, a ênfase na rua, segundo Magnani,

designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que é fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (MAGANANI, 1998, p.116).

Portanto, a rua em destaque não é a aparência, o abrigo ou o corredor de passagem e serviço, e nem mesmo na sua gênese o espaço político, mas um espaço público que se constituiu também em palco das mais diversas potencialidades, podendo até ser o espaço político.

É essa direção que se quer dar ao presente trabalho quando referenciamos a rua como espaço das sociabilidades e de revelação de potencialidades, espaço intermediário que interage com elementos tanto do privado como do público, localizados dentro do espaço urbano. Para tanto, trazemos à cena a análise de uma situação concreta, a cidade de Blumenau, sob a hipótese de que o espaço público confunde-se com o privado, de modo que as potencialidades que seriam possíveis nas ruas, são tímidas devido à instalação de um controle social institucional do espaço público ao longo do seu processo de urbanização.

Na tentativa de explicitar esse movimento, faremos um breve resgate histórico da cidade de Blumenau, tentando entender onde se perdeu a cultura do público, ou, onde o privado se confunde ou, ainda, se estendeu sobre o público com seus valores e costumes. Em seguida,

aprofundaremos o conceito de urbano, de cidade, para então retomarmos à rua como espaço, cujo exercício da apropriação e interação pode revelar muitas faces.

1.2 DESENVOLVIMENTO URBANO E OS PROPÓSITOS DA CIDADE

1.2.1 Blumenau em cena

Blumenau, município catarinense que se localiza na bacia do rio Itajaí-Açu, no nordeste do Estado, tem suas terras limitadas a faixas estreitas entre cursos d'água e morros, com poucas áreas planas, realidade geográfica que dificultou a sua ampla ocupação.

Colonizada desde 1850, primeiramente por nativos, seguida por alemães, italianos e portugueses, “constitui-se” fortemente sobre a “cultura e tradição germânica”.

Blumenau, até 1920, segundo Carezia (2000), constituía-se estritamente como colônia, sendo fechada e habitada por seus colonizadores com materiais rústicos, tanto na agricultura como no cotidiano das casas. A língua falada era somente o alemão e os hábitos, considerados florestais - pouco civilizados. Essas ações conduziam a um certo fechamento da cidade para com as demais regiões e até a nação. Observando esse processo, que caracterizava um distanciamento das demais cidades do Brasil, os governantes locais, utilizaram o discurso nacionalista advindo do Estado Novo, em 1930, para romper com o tradicionalismo defendido. Segundo Carezia (2000), é introduzido aos poucos elementos que mudam a cidade e seus sujeitos.

Não só os hábitos e os comportamentos das pessoas se modificam em Blumenau, a partir da década de 1940, também a cidade passa a sofrer mudanças significativas em sua estrutura urbana, condizente com a visão do discurso da modernidade, adotando pela política dominante da cidade, integrando não só os cidadãos à realidade nacional, como também aproximando a cidade dos grandes centros urbanos (CAREZIA *apud* FERREIRA, 2000, p.75).

Segundo a descrição de Carezia (2000), Blumenau se modernizou segundo o molde norte-americano e não o alemão, pois a tradição germânica, identitária dos moradores da cidade, era considerada colonialista e ultrapassada. Houve uma forte negação dessa germanidade, tão cultuada atualmente, em prol de um moderno desenvolvimento.

Todavia, esse é só mais um elemento que desmistifica a “cidade alemã”, cujos cidadãos se mostraram ordeiros e trabalhadores, como tanto referenciam seus gestores atualmente. Machado (2006) em sua dissertação intitulada *De Colônia a Cidade: propriedade, mobilidade e ordem pública em Blumenau em fins do século XIX* oferece uma contribuição para compreensão histórica da cidade quando desvela através de documentos históricos – atas, processos jurídicos de partilha de terras, etc., – elementos que destacam as estratégias de seu gerente (“prefeito”) na época, o químico Otto Hermamm Blumenau, para fazer a colônia progredir e a população perder seus hábitos florestais ainda presentes em 1930. Pautado na Lei de Terras³ de 1850, tenta a todo custo delimitar espaços privados para em troca receber o compromisso da população por um pedaço da colônia, fazendo com que obrigatoriamente todos plantassem, colhessem, comprometendo-se com uma possível Vila. Todos esses movimentos visavam o progresso da colônia, mas também manter a ordem urbana, já que os migrantes alemães que aportavam eram uma preocupação séria quanto aos hábitos de vagabundagem e bebedeira (MACHADO, 2006).

Seguiu-se a onda da “modernização urbana” que acontecia no Brasil, pautada no molde Haussmaniano⁴, quando a elite dominante preconizava a necessidade do progresso como forma de “civilizar-se” perante o mundo industrial europeu. Os intelectuais modernistas em seu discurso mostravam as contradições do país, ainda que por vezes satirizando alegremente sua pátria, e, noutras, absorvendo criticamente as diferenças entre a floresta e a escola. Nesse contexto, Blumenau é forçosamente aberta para o resto do país. Conjuntamente a isso, as defesas do

³ Com a Lei de Terras de 1850, apresentada inicialmente em 1843, os saquaremas pretendiam encerrar as lutas pela terra - "germe fecundíssimo de desordens e de crimes" - no momento em que os fazendeiros de café consolidavam seus domínios territoriais. A partir daí, a terra se transformaria em propriedade imobiliária, ou seja, poderia ser comprada e vendida. Esta lei chama responsabilidade ao Estado medir e vender em pequenas propriedades todas aquelas terras, consideradas “sem dono”, principalmente para os imigrantes que passaram a chegar no Brasil. Além disso, podemos dizer que esta lei introduz a racionalidade capitalista da terra, pois além de demarcá-la, obriga que a propriedade se torne produtiva.

⁴ Com o golpe de estado de Napoleão III, em dezembro de 1851, a França começa a viver sua “paródia de restauração do Império”. Dois anos mais tarde, o Barão E. Haussmann, homem afinado com os ideais neo-imperiais do Segundo Império, já se encontrava à frente dos trabalhos da reforma urbana de Paris. Sua concepção e execução deveriam colocar o saber de engenheiros, arquitetos, desenhistas, topógrafos, sanitaristas, paisagistas, dentre outros, a serviço da higiene pública, do comércio, das obras de infra-estrutura (rede esgoto, iluminação a gás, meios de transportes modernos), bem como da idealização de áreas de lazer, jardins e bairros destinados aos setores abastados. Caberia, ainda, à equipe de Haussmann estruturar o novo arranjo espacial de forma a preservar os monumentos da França imperial. A combinação de tais requisitos visava materializar uma versão atualizada da utopia urbana renascentista, ou seja, da cidade geométrica de forte apelo cenográfico. A relação de continuidade entre passado e presente foi, a nosso ver, um dos campos de força do projeto haussmaniano. Ao integrar os marcos arquitetônicos da tradição imperial aos requisitos econômicos e sócio-culturais da modernidade neo-imperial, atribuiu-se ao par tradição/modernidade uma visualidade própria do ideal de cidade-espetáculo.

nacionalismo cresceram, a ponto de não só introduzirem novos hábitos como também, reprimir os praticados na colônia.

Tem-se nessa época a substituição de prédios antigos e históricos por obras modernas, sem representação germânica⁵, e ainda uma forte repressão no sentido de proibir o uso da língua alemã. Para Carezia (2000), foram as gerações mais recentes, principalmente entre os jovens, que abarcaram esse projeto, o de efetivar a nacionalização de Blumenau. Segundo ele, os jovens sentiam-se envergonhados em falar o alemão por serem caracterizados como atrasados.

Foi nessa transição do urbano para a modernidade que a cidade perdeu o “poder político” fechado que tinha antes do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial. Essa abertura se mantém até 1960. Após esse período, a cidade passa por outra re-configuração. Com o poder político já diluído de Colônia para Estado, surge a necessidade de chamar a atenção para a cidade numa perspectiva econômica, na qual o turismo torna-se o principal objetivo.

Esses processos de reconhecimento e negação da germanidade fazem com que concomitante às transformações urbanas comuns às demais cidades da mesma época, Blumenau assumia elementos de germanidade que não lhe pertencem como cultura. Pautada numa lógica de mito ou discurso fundador, resgata elementos representativos da tradição germânica como elementos que pouco têm a ver com os hábitos florestais de seus colonizadores. Em síntese, adota para seu povo uma representação germânica européia diferente daquela que chegou ali.

Para Frotscher (2000), esse discurso fundador a ser repetido sempre não dá historicidade aos fatos. Desloca-se para além do tempo e da história, transformando-se em mito fundador e criando um bloqueio à percepção da realidade ao passo que impede de lidar com ela. No contexto de Blumenau, uma nova história se escreve para seus sujeitos e não *com* ou *a partir* deles. Na ânsia de negar o subdesenvolvimento brasileiro, principalmente o de Blumenau, foram e são adotadas por sua população essas novas referências, oriundas de representações e da vida real.

Temos uma transformação lenta, mas assimilada por seus moradores, que tem sua gênese em interesses meramente econômicos e políticos. No início, estavam presentes na fala de seu colonizador visando o controle e a prosperidade da vila. No decorrer da história repetiu-se com outras faces, mas sempre provocada por interesses econômicos e políticos. Para tanto, basta averiguar que foram poucas as empresas que se desenvolveram e tomaram porte em Blumenau, e

⁵ Um exemplo disso é, em 1940, a substituição da igreja matriz por outra projetada em estilo gótico, pela construção atual, totalmente descaracterizada de germanidade.

ainda, que os proprietários destas também foram os principais líderes políticos na época (MACHADO, 2006).

Para Canclini (2005) os imaginários de uma população acerca de uma cidade são formulados a partir de patrimônios subjetivos pautados em representações a cerca desta. Para ele, as representações e imaginários são mutáveis, mas são determinadas por patrimônios sociais. No caso de Blumenau, a representação acerca da cidade é formulada no patrimônio social de poucos e disseminada no imaginário coletivo, que a absorve e a legitima como seu. Exemplo disso é o grande processo de migração em busca de trabalho. Os migrantes vinham pela representação construída acerca da “prosperidade germânica” da cidade e se submetiam a jornadas extensivas de trabalho.

Essa atração de migrantes provoca alterações na cidade no que refere à organização de seus espaços. Ruas foram reformuladas e serviços foram transferidos do centro para bairros, garantido ao mesmo tempo o acesso dos trabalhadores e um Centro esteticamente pensado para o turismo. Pactuando com essa lógica, a partir de 1970, é criada a lei que isenta de impostos (IPTU- Imposto Predial Territorial Urbano) quem construísse ou reformasse seu estabelecimento em estilo “enxamelóide”⁶ (CAREZIA *apud* FERREIRA, 2000). Tem-se aqui uma retomada dos ideais germânicos, porém numa outra perspectiva, a de atrair pelo “belo” da germanidade e não pela retomada da tradição em sua íntegra, relacionando a formação intencional do imaginário coletivo ao resgate da tradição como parte do projeto modernizante na sua nova “fase” (da cultura fotogênica). Tal reconfiguração urbana obedeceu a outros impulsos diversos daqueles da “modernidade” das décadas de 1940 e 1950. Atualmente o discurso utilizado pelo turista visa justamente realçar os aspectos germânicos da cidade. No entanto, como expôs Flores (1997), tais aspectos são apresentados como uma cultura fotogênica feita para ser vista e apreciada, ou seja, a cultura tornada produto para consumo dos turistas.

Para garantir essa aparência, segundo Frotscher,

é necessário que toda a sociedade onde essa cultura se instale - ou grande parte dela - absorva e assimile o discurso turístico da germanidade em sua cultura local, como sendo algo ainda presente e latente, para que, desta forma, os turistas venham apreciar um “pedaço da Alemanha no Brasil” trazendo dinheiro ao comércio municipal (FROTSCHER, 2000, p.190).

⁶ É uma técnica de construção que consiste no encaixe entre tijolos e vigas de madeira, sendo um modelo importado pelos imigrantes germânicos e adaptado à realidade de materiais encontrados no Brasil.

Esses fatos se acentuam com o advento das enchentes 1983 e 1984, quando a cidade ficou devastada, com casas destruídas e muitas vítimas. O desalento foi geral, pois mal estavam se recuperando de um sinistro quando são surpreendidos por um segundo de proporções e impactos não menores. Neste contexto, o poder público com intuito de revigorar o ânimo da população visando rapidamente reconstruir Blumenau, investe mais uma vez criando representações acerca da cidade, identificando-a como cidade de trabalhadores, herdeiros das qualidades germânicas. Segundo Frotscher (2000), mais uma vez criou-se uma olhar romântico da história, que conduz a uma visão mitigadora da migração *teuta*, a qual ignora diferenças sociais, econômicas e políticas do processo de colonização, visando forjar uma imagem de povo homogêneo e solidário.

É nesse contexto que novamente se reescrevendo a “história” e as características da cidade, surge, então, a *Oktoberfest*. Para Flores (1997, p.79).

As enchentes de 1983 e 1984 permanecem como uma espécie de mito fundador, ao qual sempre se recorre para explicar a origem da *Oktoberfest* de Blumenau. Ainda hoje recorre-se a ele para explicar as origens da festa, muito embora já em 1981, muito antes das enchentes, portanto, houvesse discussões para montagem de uma “*Oktoberfest*” numa proposta de hoteleiros, descrita na época como um grande festival de cerveja, música, prato típico e danças folclóricas.

Assim, hoje, a *Oktoberfest* referencia a cidade: falar de uma é lembrar da outra.

Esses são alguns elementos que firmaram e reafirmaram a cidade desde sua constituição, mas que tiveram ênfase e cuidado em serem mantidos a partir da industrialização. Esta perpassa a história da cidade, pois foi, principalmente, a partir da instalação de grandes indústrias têxteis⁷ que Blumenau projetou-se no cenário nacional, consolidando, principalmente, a partir daí, sua definição de cidade, como já vimos, na negação do rural ou dos modos florestais.

Já mencionamos que Blumenau foi ocupada a partir das margens do rio navegável, ou seja, o Itajaí-açú. Por sua vez, as grandes empresas têxteis também ocuparam espaços as margens do rio e afluentes considerando a necessidade da água como geradora de energia e tingimento de tecidos. Com isto, o centro urbano que até então abrigava somente residências, passou a ser

⁷ Considerando que o colonizador de Blumenau foi principalmente o alemão, muitos foram os investimentos de grupos estrangeiros alemães na cidade o que, apesar de não haver registro exato desses atos, é possível constatar pela origem dos empresários.

ocupado também por indústrias e casas comerciais, reservando alguns espaços para mansões e pequenas vilas residenciais de alto padrão.

Temos, então, uma significativa alteração da tecitura urbana, mas é com o acúmulo de capital gerado pelo aceleração da industrialização que Blumenau, de fato, passa por um crescimento acelerado em termos de urbanização, pois se vê obrigada a lidar rapidamente com um grande contingente de migrantes vindos pela chamada “prosperidade econômica”.

Na medida em que a cidade se expandiu, as pessoas provenientes de outras regiões foram obrigadas a formarem comunidades às margens do grande centro da cidade, algumas devido à valorização das terras, outras, por conflitos étnicos e de classes sociais.

Considerando a expansão territorial, esta se deu modo irregular: as ocupações foram se seguindo entre pequenos vales e morros, o que quase sempre dificultou o acesso, mas não necessariamente distanciou-as do grande centro. Alguns bairros, apesar do difícil acesso, são geograficamente muito próximos do centro, possibilitando aos seus moradores a disporem da estrutura dos serviços centrais e, por sua vez, interagirem mais intensamente com a cidade propriamente dita. Esse público localizado à margem da região central da cidade, estando próximo territorialmente, constitui o maior usuário dos espaços urbanos e, por sua vez, exercita o maior número de expressões possíveis nos mesmos. Atitudes determinantes, tanto para os modos de vidas desses sujeitos como para o cenário urbano. Neste sentido, faz-se necessário discorrer acerca da importância do desenvolvimento urbano ou da cidade nos modos de vida do seus sujeitos.

1.2.2 A cidade, a vida urbana e os modos de vida

As cidades concentram grande parte da população e o essencial das potencialidades e dos problemas das sociedades contemporâneas. Constituem-se, por isso, reveladoras, de forma particularmente significativa, das mudanças sociais e culturais. É esta situação que as torna fascinantes como realidade vivida, mas também como objeto de estudo e de intervenção.

As cidades sempre se caracterizaram pelo seu grau de complexidade, sobretudo se comparadas com as áreas rurais. Todavia, a forma como cresceram e a relevância que ganharam

tornaram esse fato evidente. As cidades são o espelho da complexidade das sociedades atuais e o palco, por excelência, da permanente produção dessa complexidade.

De acordo com Negt (2000), hoje, mais do que nunca, as cidades são espaços fragmentados do ponto de vista urbanístico, social e cultural. As fontes dessa fragmentação são diversas, podendo resultar de fatores tão distintos, tais como comportamentos sociais, estratégias imobiliárias ou políticas públicas urbanas. A consequência, porém, é a mesma para os grandes centros: a incomunicabilidade. Por falta de tempo, de vontade ou de capacidade, através de estratégias explícitas de distinção ou simplesmente como consequência da voracidade dos novos tempos, a cidade cresce e torna-se mais complexa num contexto de fragmentação cada vez mais acentuada. Este é um traço constitutivo das cidades contemporâneas, que deve ser analisado de forma rigorosa e que não pode deixar de apelar a novas formas de intervenção por parte da sociedade civil e da ação pública (NEGT, 2000).

Segundo o Censo do IBGE (2000), a cidade de Blumenau tem uma população de 261.868 habitantes, sendo 241.987 na área urbana e 19.881 na zona rural, apresentando em primeiro lugar características étnicas alemãs, depois, italianas e portuguesas. Por isso, apesar das várias transformações urbanas, sociais, ainda foi possível justificar e manter os “costumes tradicionais alemães”, com maior ênfase do que outras regiões do Brasil. Esses valores, apesar de alegres e festeiros, carregam simbolicamente algo de “ordeiro” e “próspero” a partir da ocupação ou do trabalho.

Considerando as várias culturas presentes em Blumenau e as transformações da cidade bem como a forma que se ocuparam e ocupam os espaços públicos, é possível perceber que a cidade, mesmo tendo características forjadas como cidade “européia”, apresenta demandas que são comuns às cidades brasileiras (VELHO, 1987).

O processo no qual a tradição alemã é resgatada, predominantemente na aparência das casas, nos jardins centrais e em festas como a *Oktoberfest*, fez com que os migrantes se distanciassem da vivência do espaço público central em prol da vida comum nos bairros e vilas, porém, mantendo um sentimento de veneração somente pelo belo apreciativo, aquele que é garantido na cidade, uma forma de orgulho “nacional”, orgulho por ser “cidadão” daquela cidade.

Talvez esteja aí, de forma sutil, o início de um processo segregador entre os cidadãos e a cidade, pois, com esses distanciamentos, a participação tanto simbólica como concreta no meio

urbano passa a ocorrer *au passant* e apenas de observação, sem intervenção ou interação mais intensa e participativa. Dentro dessa lógica, de não-participação ou não-apropriação, os espaços públicos são percebidos como, ou ganham, , em Blumenau, uma nova representação simbólica de privados, espaço-do-outro: do turista e/ou do consumidor. Com isso, reafirma-se cada vez mais os espaços como privados. Nessa perspectiva, em Blumenau, estar nos espaços públicos pouco utilizados como praças, escadarias, calçadas, parques, com uma determinada frequência e permanecer sem “fins” concretos ou finalidade explícita de uso instrumental como parte da lógica do comprar, passear com a família e outras formas de lazer mais “tradicional”, é sinônimo de vagabundagem, de desocupação. Acessar os serviços públicos, por exemplo, requisitar segurança pública, dentro dessa lógica de ordem, é mero favor, quando não, a solicitação é revertida em regulação, ou seja, o privado se perpetua no espaço público a partir da dinâmica cotidiana de cada cidadão.

Esses elementos fazem com que os gestores não pensem de forma integrada, desenvolvendo políticas públicas fragmentadas, pautadas somente na lógica da inclusão social de algumas expressões que se negam a pactuar com essa regulação. Ou seja, aquele que funcionalmente encontra-se fora da regra, sugere instabilidade e por conseqüência deve ser monitorado. Garante-se, assim, bem mais determinada ordem estabelecida do que a autonomia do público que a acessa.

Por conseqüência, se distancia a compreensão da rua como espaço de revelação e expressão de potencialidades, minimizando por sua vez, o exercício da cidadania. A cidade tem um grande papel na criação dos fomentos que conduzem à ampliação do grau de consciência dos sujeitos se considerada como espaço de revelação. Ocupar os espaços públicos e destacar a importância da praças, mercados públicos e outros espaços que caracterizam atividades sociais em comum significa, nesta perspectiva, apropriar-se da cidade ou da condição cidadã da vida,. No entanto, nas cidades modernas esses espaços estão concomitantes ao mercado.

Por isso, hoje não é possível dissociar o lazer do exercício pedagógico de inter-relação entre as pessoas e a cidade, especificamente no tocante à explicitação no espaço público através do passear em frente as vitrines ou adquirir um produto. As pessoas se dirigem ao centro maior da cidade pela sua concentração de lojas, de modo que nada é visto ou observado além de vitrines, não há um estranhamento com as belezas oferecidas pela cidade, nem a elas algo se acrescenta: as relações se estabelecem a-historicamente. As praças viraram praças de

alimentação, já os canteiros, mera divisão de rua ou oferta de mudas para as residências dos passantes, que nessa atitude expressam a banalização do público. O lazer, nessa perspectiva, é um movimento de consumo, de forma que as pessoas saem para comer, beber e comprar, e quando muito vão ao cinema que se localiza, em sua maioria, nos *shoppings centers*. Deve-se a isto, que a sua concentração em *shoppings* e outros espaços, que centralizam mais nichos de mercado a espaços de lazer e apreciação, esteja naturalizada.

Segundo Groppo (2000), o lazer tornou-se um espaço e um tempo cada vez mais reconhecidos pela sociedade e cada vez mais importantes para hábitos contemporâneos de consumo. Apesar de o lazer ter se tornado uma esfera de atividade por excelência para o consumo moderno, é nele que os jovens encontram momentos e locais extremamente favoráveis para o desenvolvimento de atividades diferenciadas e relativamente autônomas em relação aos adultos. Neste sentido, Groppo (2000) afirma que foram os grupos juvenis um dos fomentadores do lazer, concretizando-o cada vez mais como um aspecto da cultura de massas ou da cultura de mercado, colocando-o, assim, como parte das instituições da sociedade de consumo. Ou seja, a lógica consumista, ao mesmo tempo em que teve contribuições juvenis, também cooptou essa mesma juventude. Usa-se o tempo do lazer para sua introdução numa cultura consumista, massificando-os, criar falsas imagens afirmativas e ampliadamente de liberdade e autonomia. É nesse espaço, segundo Groppo, que “a juventude desaparece para dar lugar à ‘juvenilização’, deixa de ser uma vivência transitória para ser um estilo de vida identificado com o bem viver consumista”(GROPPO, 2000, p.284).

Portanto, o fato de as cidades serem acolhedoras dessa ordem significa a disseminação da representação de apenas serem corredor de serviço ou algo expositivo, fazendo com que o espaço público seja cada vez menos reconhecido como espaço cidadão e identificado com os cidadãos como tais, principalmente no caso da juventude e suas peculiaridades. Neste sentido, a ocupação dos espaços públicos sem o fim de comprar, se constitui ou é intitulada como delinqüente e perigosa, pois, os cidadãos em geral, ainda são tímidos quanto ao reconhecimento da cidade como seu espaço, tendendo até mesmo a negá-la - intitulando quem a apropria - em detrimento da não-apropriação. Para Santos,

A vida de cada um, nesse lugar das grandes mutações, é uma grande incógnita, porque para a maior parte das pessoas a cidade, como um todo, ao primeiro contato é impalpável,

não deixando entender apenas com o que apreendemos em suas enormes quantidades, nada mais que uma fração do todo (SANTOS, 2000, p.64).

Santos (2000) reflete ainda que por conta dessa lógica moderna são poucas as pessoas que conseguem viver a cidade num todo. Isso implica em jamais ocupar espaços amplos e públicos destinados a elas, fato esse que os jovens executam, e por isso, são censurados em suas ações.

Oscar Negt (2002) explica que esse fenômeno da desapropriação do urbano acontece também pela falta de tempo das pessoas para viver a cidade. A gestão, principalmente econômica de outra ordem, faz com que as pessoas interajam menos com a cidade e com o tempo, percam o interesse em defendê-la ou garanti-la mais politizada. Para ele é necessário o investimento numa cultura urbana, uma espécie de medida de meio, possível com justiça social, equidade e tempo para viver a cidade, porque “uma cidade sem justiça equitativa pode ter a beleza que quiser, nunca será capaz de desenvolver uma cultura urbana” (NEGT, 2002, p.25).

Se essa cultura urbana fosse garantida, teríamos o que Wirte (1987) afirmou sobre o *urbano como modo de vida* em detrimento dos *modos de vida no urbano*, ou seja, o sujeito constituindo-se desse e nesse espaço, numa relação dialética que precisa ser reconhecida e garantida, pois é potencialidade (WIRTE *apud* VELHO, 1987).

Esse modo de vida de troca também é resgatado por Sawaia (1999) quando afirma que “cada cidade, bairro, rua até mesmo cada casa, tem um clima que não advém, exclusivamente, do planejamento urbano e da geografia, mas do encontro de identidades em processo – identidades de homens e de espaços” (SAWAIA, 1999, p.21).

Como podemos perceber, a cidade não é apenas uma unidade geográfica e econômica, mas também uma unidade ecológica e de relações sociais. Essa idéia perpassa todos os autores que discutem a questão da cidade humanizada, sendo considerada por nós. Neste sentido, é imprescindível compreender o que são espaços públicos dos quais falamos neste trabalho, para não cair numa análise somente econômica dos movimentos e transformações urbanas.

Portanto, a cidade, mais do que um território, pode ser considerada como uma comunidade imaginária, com suas relações sociais para além do privado e com seus patrimônios concretos e invisíveis. Ou seja, ao mesmo tempo que tenta manter uma cultura específica, não consegue ficar inerte às transformações multiculturais. Deste modo, há fatores que precisam ser reconhecidos na cidade de Blumenau, onde os processos formadores da cidade e de seu povo

ultrapassam uma tradição. Blumenau contemporânea é multicultural, descentralizada em termos de atração, agrega diversas comunidades, tendo como principal representante as novas gerações. E estes se diferenciam com relação ao seu pertencimento étnico, de gênero e de classe social, conseguindo trazer à tona uma nova cultura (diferenciada em relação àquela herdada), a seu modo afirmadora e negadora da estabelecida pela dominação capitalista.

Para Weber (1987), a cidade é um espaço urbano estruturador da cultura dominante capitalista, é o espaço projetado para funcionar de acordo com as regras da sociedade de consumo. Então, se as pessoas que compõem “oficialmente” a cidade e que querem manter uma tradição (manter a cidade como corredor de serviço e cartão postal), são estas, Blumenau será sempre a “Europa Brasileira”. Contudo, se considerarmos os movimentos diferenciados que se apresentam no espaço público, podemos afirmar que, nesse contexto, constituem possibilidades imanentes de reação ao tradicional e ao consumismo. Imanentes porque nem sempre se constituem via enfrentamento físico ou político direto, mas muitas vezes, sem racionalidade ou planejamento já que não são organizados para si, apenas acontecendo como necessidade de estar fora do privado, de expressão como parte desse contexto urbano.

Em Blumenau, nem toda a apropriação do espaço público é desmobilizada de forma contundente ou direta, evitando-se por sua vez a contestação direta por parte dos jovens. Verificam-se nela medidas que em longo prazo desmobilizam principalmente o público juvenil de suas iniciativas espontâneas e criadoras nos espaços públicos. Neste sentido, afirmamos se tratar de ações contestatórias que se localizam no campo simbólico como “afrontas simbólicas” (PAIS, 2000) e, mais, que passam em alguns casos, de expressão a contestação na medida em que são repudiadas dos espaços que se encontram; por isso, são muitas vezes nômades no meio urbano, se refazem a cada fato novo e mudam de espaço a cada enfrentamento direto com a ordem estabelecida.

São várias as formas de afrontamento dos jovens em relação à privatização do espaço público: quando insistem em permanecer nos espaços públicos, usando como estratégia o deslocamento de lugares em lugares dentro da cidade, simbolicamente quando censuram atitudes objetivas e tradicionais de outros grupos (*skinheads*), quando defendem a sua “*Oktober*” (*rock festival*), quando também insistem na manutenção do visual cada vez mais exótico e, ainda, quando saem as ruas, sentam nas praças e calçadas para conversar e beber (bebida comprada em supermercado) não legitimando o consumo e lucro institucionalizado nos bares e lanchonetes.

1.2.3 Juventude e espaço público na história

O mais interessante nesse processo é que não estamos trazendo ao debate uma temática nova e sem fundamentos. Historicamente, segundo Levi & Schmidt (1996), o espaço público esteve presente no imaginário juvenil como liberdade, espaço da contestação, produção da cultura e, por sua vez, como socializador. Apesar de as definições de juventude se darem conforme o tempo e a história de cada espaço, as representações acerca do espaço público têm em comum movimentos de perpetuação e/ou ruptura com a tradição de cada contexto.

Na Grécia Antiga, o jovem era formado para ser cidadão, tinha visibilidade social e tinha seu *status* de cidadão após o preparo militar, podendo, então, participar dos movimentos da *pólis*, na esfera pública. Já na Roma Antiga, havia o controle pela sociedade de permitir se manifestar na esfera pública apenas uma juventude madura. E, passagem da idade média para moderna, especificamente com relação à juventude judaica, conforme o estudo de Horowitz *apud* Fraschetti “In” Levi & Schmidt (1996, p.89), havia uma valorização da educação no sentido de garantir a tradição e o casamento como controle dos jovens acima de 20 anos, dando a eles uma visão de funcionalidade nas relações societárias. Entretanto, havia a ocupação dos espaços públicos para “transgressões”, que segundo Sousa (1997), “caracterizam o abalo da tradição”.

Nos tempos modernos, a preocupação com a educação desaparece quando o trabalho ocupa a cena histórica e delimita a idade dos jovens de sua época a partir da independência econômica. Nessa época, em seus inícios, havia desordens acentuadas nos espaços públicos e a prática de estupros coletivos como critério de inclusão nos grupos, era uma constante. Segundo Sousa (1997) a juventude dessa época se beneficiou de uma certa tolerância com relação as suas ações. Para ela, “o domínio das expectativas em relação à troca entre gerações teve possibilidades maiores de ocorrer do que nos séculos posteriores devido ao comportamento menos disciplinado e até ‘mais juvenil dos adultos’” (SCHINDLER *apud* SOUSA, 1997, p.XX). Os jovens se reuniam em espaços públicos à noite para conversar, principalmente sobre moças e sobre a corte e seus recursos tradicionais.

Especificamente na Europa do século XIX e XX a experiência militar dos jovens, sem o caráter de formação, delimita a emancipação destes e conseqüentemente sua entrada na esfera pública. Vale ressaltar que segundo Sousa, “como rito de passagem, a militarização vai ser um veículo para consolidação de ideologias no final do século XIX (SOUSA, 1997, p.66)”.

Na sociedade industrial, a juventude teve seu espaço como protagonista na esfera pública. Foi um elo de reprodução das condições de reconhecimento de sua família no espaço público, apesar da cobrança de obediência e silêncio por parte da mesma e da sua classe social de origem, a classe operária (PERROT *apud* SOUSA, 1997, p.67). No período da Revolução Francesa, os protestos também envolviam considerações de ordem geracional. “A revolução impunha à juventude que cumprisse uma espera para poder assumir plenamente seu papel de cidadão junto ao Estado, inaugurando uma época na história política dos jovens” (SOUSA, 1997, p.71).

No período entre as Guerras Mundiais, sendo a juventude instrumento de manobras como o de afirmação da ideologia do Estado, esteve como símbolo de afirmação da esfera pública nos regimes nazi-facista. No pós-guerra, temos uma luta entre gerações quando, segundo Sousa (1997), a tradição é substituída pela juventude que descobre a si própria no espaço público e confirma sua presença como grupo etário diante da modernidade, até então educada para o consumo e não para a escolha.

Esse é o cenário histórico da relação dos jovens na esfera pública, ora como protagonistas, ora regulados ou como instrumentos e, por último, moldados para o consumo. Suas ações nesses espaços nem sempre foram contestatórias, nem sempre assumiram caráter político de ação.

Ao contrário do que define a sociedade, na repressão dessas práticas ou manifestações, e o Estado, ao institucionalizar o espaço público, a rua é depositária, permite a realização, materializa-se e potencializa-se como espaço concreto e simbólico o comum - o público - criando a sociabilidade. Caracteriza-se como espaço de sociabilidade, de ação e construção identitária. Historicamente, o sujeito jovem fez parte dessa constituição de público, significando que a negação ou repressão dessa prática é suprimir a juvenialidade desses espaços.

Nos movimentos dos jovens encontrados na cidade de Blumenau são diferentes as expressões coletivas. Consistem em um misto de vontade própria e potencialidade juvenil, com o reconhecimento das normas urbanas e sociais. Apropriam-se dos espaços públicos para garantirem a sociabilidade de suas identidades coletivas, porém, mantêm a individualidade do privado como elemento fundante da moral. Suas identidades são permeadas por duplo valor, aquele pautado na lógica de mito fundador, povo ordeiro e trabalhador e outro, que se constitui em afrontar o contrário do que está estabelecido.

Na medida em que se verifica o quanto essa transitoriedade de cidadãos jovens das margens do Centro está imbricada em práticas reveladoras de potencialidades e sociabilidades, as quais, legitimam identidades próprias aos jovens e seus movimentos, a sociabilidade aparecerá como categoria determinante de novas identidades no cenário Blumenauense. Pois, quando esses jovens são questionados sobre a germanidade de Blumenau, negam-a dizendo que não se sentem alemães, apesar de serem naturais da cidade. Ao falar em futuro, afirmam a necessidade de uma formação para ascender a um bom trabalho e constituir família. Quando é abordada a questão familiar, reconhecem que todos moram com suas famílias e a maioria omite delas essas práticas nos espaços públicos, pois de certa forma as condenam.

Blumenau, como qualquer outra cidade sofre as transformações urbanas e não sabe lidar com as potencialidades juvenis. Reproduz a lógica adulta em todos os seus serviços e eventos. O seu diferencial se constitui em usar a “germanidade” para reprimir e privatizar os espaços públicos. Com essas práticas de apropriação da cidade, de vitalidade, os jovens não são reconhecidos, estão em detrimento da cidade ordeira. Nega-se aos jovens a possibilidade de romper com essa estrutura cultural, porém, não se nega à cidade um rejuvenescimento. Não obstante, a cidade ganha nova composição quando essa população específica está nas ruas, recebe novos ares a partir dessa afronta simbólica juvenil - assim como os espaços públicos historicamente ganharam.

Novos espaços são criados, novos bares e parques são pensados próximos a esses lugares. Então, apesar de não romperem na totalidade com a lógica da germanidade, podemos inferir que a juventude Blumenauense provoca juvenilização dos espaços desta cidade, o que vem sendo constatado ao longo dos anos na sua formatação urbana.

Segundo Canclini (2005), o patrimônio simbólico imaginário de um povo se constrói na interação com o urbano, por isso acreditamos que o invisível de Blumenau não é alemão, mas que a identidade do seu público que interage com o espaço urbano é a multicultural.

CAPÍTULO II

JUVENTUDES E CONTEMPORANEIDADE

2.1 ASPECTOS SOCIOLOGICOS DA CATEGORIA JUVENTUDE

Segundo Groppo (2000), juventude é uma categoria social *estruturante*, gerada pela modernidade. Originada da cultura e da sociedade ocidental, capitalista, burguesa e liberal do século XIX, a concepção de juventude ainda é marcada por caracteres definidores e legitimadores de cientificidades, apenas baseadas em uma noção evolucionista do ser humano. Porquanto, a história da modernidade tem sido a da criação de uma estrutura de faixas etárias, entre as quais, aquela que define a condição juvenil, sob os princípios universalistas e *naturais*, fundados na cronologização do curso da vida.

A cronologização do curso da vida e a homogeneidade etária respondem às necessidades de uma civilização que constrói esferas sociais rígidas por critérios independentes de particularismo e parentescos, baseadas numa legitimidade própria e que evocam relações sociais universalistas (GROPPO, 2000, p.276).

Com a complexidade das sociedades modernas, múltiplas práticas, discursos e concepções foram criadas, possibilitando desmistificar o caráter natural das faixas etárias, encaminhando a compreensão acerca da juventude como categoria social - não deixando, porém, de afirmar o cuidado que a determinação de estágio da vida bem circunscrita também responde aos inúmeros projetos sociais disciplinadores que pretendem guiar os indivíduos.

Segundo este autor, ao definirmos juventude como categoria social ela torna-se ao mesmo tempo, “uma representação social e uma situação social”. Ou seja, “juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios jovens, para significar uma série de comportamentos” (GROPPO, 2005, p.18). Em síntese, juventude só existe na realidade social e, assim, deve figurar na análise social em combinação com outras categorias estruturantes da sociedade moderna.

Para Groppo (2000), desde a origem das juventudes instala-se uma condição análoga as das demais categorias sociais geradas pela modernidade, tais como os projetos oficiais, concepções institucionais e ideológicas, as construções jurídico-legais e as políticas públicas constroem, recriam ou reorganizam grupos e/ou coletividades sociais. Desde então, os “objetos” - de quem se esperava passividade - passam a elaborar, propor ou criar práticas de sociabilidade e valoração alternativas ambíguas em relação as respostas oficiais resistentes, tornando-se deste modo, também sujeitos a ação social. Vemos isso nos movimentos de 1968, dentre outros enfrentamentos políticos inscritos na história mundial de revoltas que são, também, de uma geração juvenil (GROPPO, 2005).

Apesar dessas considerações, ainda quando se fala de juventude se verifica que quase diretamente se é reportado a uma concepção geracional etária que opõe os jovens somente aos adultos. Apesar de o debate sobre juventude ganhar ênfase no final do século XX e início do séc. XXI, muitos trabalhos e discussões ainda a tratam como uma categoria social auto-evidente ou auto-explicativa, como se a concepção de juventude fosse consensual, utilizando idade e/ou comportamento como definições metodológicas (CASTRO, 2001).

No Brasil, o debate sobre juventude remonta a década de 1960 e é evidenciado a partir da década de 1980 com os estudos de Helena Abramo. Outrossim, tanto no campo acadêmico, quanto nas políticas sociais se reafirma o debate sobre a garantia de direitos preconizados na Constituição de 1988, o que tem continuidade até os dias atuais. No entanto, podemos afirmar que muitas dessas construções - principalmente as das políticas sociais - carregam ainda um enfoque no qual a juventude é uma condição passível de uma definição universalizante, direcionando com isso, muitas vezes, sua associação a extremos, ou seja, como problema sociológico ou como agente privilegiado de transformação social (ABRAMO, 1983).

Dentro dos debates atuais, contemplando um olhar sociológico crítico, se tem ainda, diferentes definições de juventude. Discorrer-se-á a seguir as mais importantes e na seqüência alguns conceitos que, por se complementarem, contemplam o olhar pretendido neste trabalho sobre o sujeito jovem e juventude.

Num primeiro momento, temos o recorte etário que tem como referência a faixa etária contemplada entre os 15 e os 24 anos, geralmente adotado por organismos internacionais como a

OMS e UNESCO⁸. Esse recorte é pautado pela definição de juventude como período de transição entre a adolescência e o mundo adulto, o que é amplamente debatido. Esta abordagem procura homogeneizar o conceito de juventude a partir de limites mínimos de entrada no mundo do trabalho.

Para Levi e Schmit (1996), a idade como classificadora é transitória e só pode ser analisada em uma perspectiva histórica de longa duração. Demonstra eficiência quando, na análise dos ritos de passagem, indica a “entrada” e a “saída” da condição jovem e suas construções simbólicas. Neste sentido, apesar de sua importância, se ressalta que o recorte etário permite pesquisas quantitativas em larga escala, as quais em geral servem para definição de políticas públicas de públicos-alvo, porém não dá conta de definir juventude em sua amplitude contextual.

Reconhecendo-se essa limitação, os debates principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990 trouxeram o olhar da diversidade. A partir de então, não se fala mais em juventude, mas em *juventudes*. Segundo Castro (2001), este foi um caminho que - apesar de não fugir do recorte etário - contribuiu para deixarmos o olhar homogeneizante, uma contribuição que possibilitou ampliarmos o olhar sobre os jovens e, também, percebê-los como uma construção social.

Neste sentido que Margulis (2000) diz que “juventud es más que una palabra”, na medida em que elas conseguem, a partir do seu vigor etário e sensibilidade, dentre outros atributos, absorver melhor as mudanças e os costumes, se erguendo como vanguarda de transformações sociais.

A Juventude se ergue como vanguarda portadora de transformações, evidentes ou imperceptíveis nos códigos culturais, e incorpora com naturalidade as mudanças nos costumes e nos significados que foram objetos de luta para a geração anterior; sua sensibilidade, sistema perceptivo, visão das coisas, atitude frente ao mundo, sentido estético, concepção do tempo, valores, velocidades e ritmos, nos indicam que estão habitando com comodidade um mundo que nos vamos deixando para traz (MARGULIS, 2000, p. 46)

⁸ Disponível em < <http://www.onuportugal.pt> >. Acesso em 1 maio 2006.

Além de considerar juventude como categoria social, a discussão apresentada por Margulis (2000) reafirma a juventude como agente de contestações e o jovem como o ator social privilegiado, mantenedor de uma moratória vital⁹.

Outra abordagem recorrente parte do conceito de geração e também caracteriza a idade como uma construção social. Temos nessa discussão, autores como Mannheim (1982) e Pais (1996), que se complementam ao afirmarem que para discutir juventude é preciso compreender que estamos tratando de gerações que convivem em dado contexto histórico. Ou seja, juventude é caracterizada como um momento do ciclo-de-vida de todo indivíduo em relação à condição adulta.

Para Mannheim (1982), a juventude é o momento em que os indivíduos podem reconhecer os dados explicitados pela mudança social, as forças formativas da personalidade estão se constituindo, as atitudes básicas estão em processo de desenvolvimento, podendo aproveitar o poder inovador das situações. Por isso, o autor afirma que juventude é um agente revitalizador pelo qual o potencial de mudança poderia ser mais aproveitado dentro da sociedade e, ainda, que ela não é conservadora nem progressista por índole, mas uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade.

Ainda na discussão sob perspectiva geracional, Pais (1996) em suas considerações toma a juventude como *fase de vida*, dando ênfase para o aspecto peculiar e unitário da condição juvenil. Para a corrente geracional, conforme Pais (1996), em qualquer sociedade há várias culturas, dominantes ou dominadas, que se desenvolvem no quadro de um sistema dominante de valores. Neste sentido, essa corrente se atém à análise das relações intergeracionais, desconsiderando-se a possibilidade de reprodução social, tal como considera a corrente *classista*¹⁰.

Contudo, apesar de na discussão de geração ser possível considerar elementos situacionais como classe, estrutura econômica e poder, estes não são os pontos de partida da análise. A discussão de geração implica em uma similaridade de situação num mesmo tempo histórico, ou seja, pessoas de um mesmo grupo etário têm uma localização comum na dimensão histórica do processo social.

⁹ Diz respeito à sensação de imortalidade própria dos jovens. O gosto pelo perigo e pelo desafio, a audácia de tomar determinadas atitudes e praticar determinados atos, muitas vezes é confundida com a irresponsabilidade (MARGULIS, 2000).

¹⁰ Para a corrente *classista*, as culturas juvenis são sempre cultura de classe, isto é, são sempre entendidas como produto de relações antagônicas de classe (PAIS, 1996, p.48).

Na perspectiva de se considerar todos os elementos acima citados, definimos juventude no presente trabalho, como uma *categoria social*, o que faz da juventude algo mais do que uma faixa etária ou uma “classe de idade” (no sentido de limites etários restritos -13 a 20 anos, 17 a 25 anos ou 15 a 21 anos), pois somente isso não faz da juventude um grupo coeso ou uma classe de fato.

Ao ser definida como categoria social a juventude torna-se ao mesmo tempo uma representação sócio-cultural e uma situação social. Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica fabricada pelos grupos sociais, ou pelo próprio indivíduo tido como jovem, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuída. Ao mesmo tempo é uma situação vivida em comum por certos indivíduos de uma mesma geração.

Segundo Sousa (1999), para compreender os movimentos juvenis é imprescindível desmistificar juventude como geração comprometida com a continuidade das ações adultas, ou ainda (e diferentemente) como problema social. O olhar que possibilita o reconhecimento das dimensões das potencialidades juvenis é aquele que considera a ação política desses sujeitos, que possibilita o reconhecimento das potencialidades desses sujeitos em seus contextos históricos.

Para a autora, as pesquisas sociais realizadas no decorrer do último século apresentaram o jovem de diferentes formas, “ora como questão, ora como problema social envolvendo-o tanto na sua condição de socialização, vigência e disciplinarização quanto na de direito humano reconhecido” (SOUSA, 1999, p.XX). Sentimos que o desafio posto aos pesquisadores e técnicos que se propõem o trabalho com jovens consiste em observar e reconhecer suas organizações, o movimento dessa população e suas ações.

Contudo, como lidar com os fatores cotidianos de sobrevivência ou manifestação vital que direcionam a juventude tanto para ações progressistas como conservadoras? Neste sentido, Miguel Abad (2002) ao discutir a condição da juventude na América Latina, traz elementos interessantes para compreendermos as facetas do projeto da sociedade capitalista com relação à juventude. Segundo ele, há uma chamada - principalmente da indústria cultural e das políticas sociais - para as potencialidades juvenis, mas uma chamada no sentido de considerá-los elemento fundamental para a manutenção e reprodução da lógica atual, a lógica do mercado. “En el capitalismo, los jóvenes tienen un papel en la reproducción generacional de la sociedad, esto es,

ocupar su lugar dentro de la fuerza de trabajo disponible y consumir con su salario y el de la renta familiar” (ABAD, 2002, p 37

Essa chamada – enviesada - do jovem como reprodutor da sociedade é internalizada também pelos próprios jovens, que até se sentem nessa fase como uma moratória de transição, mas para um projeto pronto.

Para Margulis (2000), a juventude é mantenedora de uma moratória tanto social quanto vital¹¹ e não apenas de uma moratória que garanta a continuidade do projeto pronto. Na sociedade capitalista esta moratória ou morosidade¹², segundo Abad (2002), é o momento em que acontece um condicionamento, pois as opções da juventude não são mais suas e qualquer atitude caracteriza-se como “anomia social”. Por isso, ele diz que as crises juvenis passam, então, a ser crises da sociedade capitalista, tomando forma de conflitos sociais. Portanto, aquilo que para Abad (2002) e outros autores seria uma crise que culminaria num possível ato de ruptura com valores e gerações antigas, passa a ser apenas uma crise interna na qual a absorção e reprodução do que está posto é tida como opção única.

Neste sentido Groppo afirma que:

[a] juventude e pleno *status* social não são mais, na sociedade contemporânea, termos contraditórios e tendem até a coincidir, com a importante ressalva de que a “juventude” foi totalmente deturpada e alienada em relação aos valores de autonomia e inconformismo, que em meados do século, prometeu desenvolver através de movimentos estudantis, movimentos culturais, bandos delinqüentes, etc. (GROPPO, 2000, p. 287).

Porquanto, só os atributos etários - como as moratórias: vital e social, sem reflexões -, não produzem transformações na sociedade, embora o autor não negue que haja na juventude uma

¹¹ Para Margulis (2001) a moratória social é um prolongamento da juventude e, conseqüentemente, da entrada na vida adulta e em suas responsabilidades. Seria como um prazo concedido a certa classe de jovens, que lhes permite gozar de uma menor exigência enquanto completam sua instrução e alcançam sua maturidade social. Considera-se aqui, assim como Margulis, que esta moratória é uma condição de algumas juventudes, pois, exclui da condição de juventude os jovens das classes mais baixas, que dificilmente conseguem se garantir. Faz-se necessário a partir desse conceito, considerar que existem “moratórias sociais”. Neste sentido, o autor amplia a discussão trazendo a definição de moratória vital já citada anteriormente e que contempla todo o segmento da juventude, porém, não desabilita a moratória social, mas a complementa.

¹² Abad (2002) não conceitua morosidade, porém a partir de sua discussão é possível compreender que vai de encontro ao conceito de moratória social em Margulis (2001).

possibilidade nova, a qual que o projeto burguês tende a apagar. Nova possibilidade que talvez se deva ao resultado do *contato original*¹³ cujo agente potencializador é a juventude.

Para Abad (2002) a proposta do capitalismo é anular a condição juvenil, como tantas outras já foram em prol da absorção capitalista ao mercado de trabalho, reduzindo-a a condições meramente reprodutivas de trabalho e consumo. Aqui, as potencialidades progressistas apontadas por Mannheim (1978), que poderiam ser desenvolvidas na juventude, são abandonadas em prol da reprodução e conservação da estrutura capitalista, sendo preciso apenas a virilidade jovem para reproduzi-la.

O dilema presente consiste no seguinte: se nenhuma dessas condições juvenis forem reconhecidas no contexto social, frequentemente se conduzirá as questões apresentadas como problema social, característica que, como vimos com Abad, não pertence à juventude. As contradições da sociedade capitalista (sendo maiores do que a juventude) são transferidas à juventude por conta desta ser potencialmente a questionadora ou explicitadora dessas mesmas contradições.

Com essas reflexões acerca das problemáticas que envolvem as juventudes, podemos compreender porque Groppo (2000) afirma que juventude é uma categoria social estruturante: porque a juventude só existe na realidade social e assim deve figurar na análise social em combinação com outras categorias estruturantes da sociedade moderna. Ao compreendê-la desta forma, estamos admitindo que ela é [...] uma representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios jovens, para significar uma série de comportamentos” (GROPPO, 20005, p.18).

Portanto, resgatando este debate para a questão acerca do tratamento teórico e empírico à juventude - proposto neste trabalho -, é possível considerar que há um fenômeno de ocupação do espaço urbano, concretizado pela juventude na cidade de Blumenau, e que este pode ser expressão etária, geracional e também de conflito para uma ruptura. Mais ainda, este espaço urbano, de forma latente, pode ser indiferente à época, dadas as diferentes formas de relação que assumem os jovens blumenauenses no espaço público. Isso porque a juventude apresenta na sua gênese uma potencialidade e possibilidade de socialização desse público e juvenilização dos espaços como veremos a seguir.

¹³ (MANHEIM, 1982).

2.2 POTENCIALIDADES JUVENIS: SOCIABILIDADE E JUVENILIZAÇÃO

Já vimos com Pais (1996) - na perspectiva da corrente geracional - que os indivíduos experimentam seu mundo, suas circunstâncias e seus problemas como *membros de uma geração*, e não como *membros de uma classe social* somente.

Para este autor, a problemática da juventude justifica-se em função dos sinais de continuidade e descontinuidade intergeracionais, o que vem sendo tratado de forma polarizada, ou seja, ora com ênfase nos aspectos de continuidade e reprodução da cultura juvenil, ora destacando apenas os aspectos que levariam em descontinuidades entre as várias gerações.

A partir de Mannheim (1983), estamos considerando que o fenômeno da geração está ligado ao ritmo de mudança social e se produz no interior da dinâmica da transmissão do acervo cultural de uma sociedade. O processo histórico de acumulação e criação cultural é perpassado pelo surgimento contínuo de novos participantes e pelo desaparecimento de antigos, garantindo tanto a transmissão da herança acumulada quanto a criação de elementos originais.

Portanto, pertencer a uma geração ou pertencer a uma classe, implica em estar participando em situações comuns no processo histórico e social, fator que, por um lado, limita os indivíduos a um determinado leque de experiência, mas, por outro, os conduz a um certo modo característico de ação historicamente relevante, como é o caso dos jovens (MANNHEIM, 1982, p.72).

Nesse processo dialético de sociabilidade que se dá entre as gerações, o caráter da experiência é fundamental para os indivíduos jovens, pois orienta o processo de socialização dos jovens e da própria sociedade. A experiência juvenil, segundo Mannheim (1982), advém do *contato original*, sob o qual se estrutura o aprendizado da vida social.

O contato original é um acontecimento na biografia individual [...] no caso das gerações podemos falar de “contatos originais” no sentido da adição de novas unidades psicofísicas que estão, literalmente começando uma “nova vida” [...] o contato original com a herança social e cultural é determinado, não através da mera mudança social, mas por fatores biológicos fundamentais (MANNHEIM, 1982, p.75).

No sentido da experiência, Pais (1996) reflete sobre a possibilidade de uma socialização do jovem *versus* a juvenilização da sociedade. Segundo o autor, a sociabilidade do jovem consiste no movimento de adequar a organização juvenil aos moldes societais.

Como discussão problematizadora, ele aponta a possibilidade de uma contra-referência, ou seja, de uma juvenilização da sociedade através da sociabilidade juvenil em seus espaços. Trata-se de uma espécie de complemento da socialização.

O conceito de socialização utilizado cobre, portanto, o processo através do qual a sociedade produz a juventude. O conceito de juvenilização refere-se, em contrapartida, ao processo de influências dos jovens sobre a sociedade, embora também seja possível falar de uma socialização da juvenilização (PAIS, 1999, p.60).

O desafio desse movimento intergeracional de sociabilidade e juvenilização, segundo Della Flora (1997, p.22),

consiste em superar os elementos que inibem os jovens de participarem do contato original com a cultura, do contrário, incorremos no risco de termos uma sociedade estática e tradicional, onde predominam apenas culturas de gerações anteriores.

A experiência, portanto, é um fator propulsor da dinâmica da sociedade e de seu papel. É possibilitar ao jovem o seu *contato original* de forma profunda ou substancial. Para nós isso é um dos nós críticos, já que uma vez apreendido, desvendaria metodologias de atendimento em relação ao trato da juventude, tanto com políticas públicas como pela sociedade em geral, permitindo que a potencialidade do público jovem fosse mais aproveitada na sociedade. No nosso entender, o Estado, ao pensar políticas para as juventudes, deveria levar em conta esse diferencial, reajustando-as a todo momento. Dessa forma, tais políticas não seriam apenas um retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas poderiam agir ativamente na produção de novas representações, desse público consigo mesmo e para com a sociedade (SPOSITO, 2006). Numa perspectiva de garantia de direito, seria considerar a juventude como cidadã, reconhecendo a sua moratória vital. Em síntese, trata-se de reconhecer sua moratória vital para garantir sua moratória social.

Não estamos querendo protagonizar um público em detrimento de outros, mas chamando a atenção para a necessidade de socialização dos jovens para um possível reconhecimento de potencialidades geracionais as quais podem determinar a continuidade ou não do mundo adulto,

tal qual está estabelecido. Segundo Mannheim, “não basta dizer que juventude é revitalizante, é necessário saber qual a natureza do potencial que a juventude representa e por meio de que formas de integração essa reserva pode ser transformada em função dentro da sociedade” (MANNHEIM, 1972, p.92). Importa, portanto, a função da sociedade e principalmente das políticas públicas, uma vez que nos encontramos num Estado de Direito.

Frente a essa problematização teórica, resta-nos saber na prática como a interação entre juventude e realidade da vida urbana blumenauenses vem acontecendo.

2.3 COMO BLUMENAU É PENSADA POR SEUS JOVENS

Nossa proposta neste item consiste numa reflexão acerca da ocupação dos espaços públicos/rua da cidade de Blumenau realizada pela população jovem, como alternativa ao envolvimento nos programas sociais oferecidos, e, que corrobora a criação de uma cultura juvenil determinada, mas não isolada, porque absorvida numa imagem construída de juvenilização da cidade. Buscaremos, para tanto, explicitar as potencialidades destes jovens (de seus atos) nesses espaços, reconhecendo-os como sujeitos de uma ação que contribui para a socialização de si mesmos e para a juvenilização do público. Ou seja, enfocaremos o desenvolvimento de uma sociabilidade juvenil por meio da apropriação do espaço urbano num processo resultante de pulverização desse espaço no contexto da cidade. Portanto, apresentar de forma sucinta como Blumenau pensa o jovem em seus serviços públicos oferecidos é dar conta da confirmação, ou não, se os serviços públicos corroboram a criação de uma cultura juvenil ampla.

Para esse reconhecimento, interagimos com as seguintes instituições: Secretaria Municipal de Assistência Social, com a Diretoria da Criança e Adolescente dessa mesma Secretaria, com o Centro de Referência de Assistência Social/CRASS do bairro Velha¹⁴, com a Assessoria de Assuntos para Juventude, com a Polícia Militar e com a Guarda Municipal de Trânsito.

Em função de a germanidade de Blumenau ser algo construído para garantir um zelo, uma representação acerca da cidade, o compromisso com causas que lhe possibilitem repercussão, se

¹⁴ Maior bairro de Blumenau e único a ter Centro de Referência em Assistência Social – CRAS.

apresenta sempre na ordem do dia. O compromisso com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - foi uma dessas causas, pois logo após sua aprovação se tornou lema principal dos gestores da cidade de Blumenau. Um pouco influenciados por essa lógica representacional da cidade, mas também, influenciados por técnicos críticos e comprometidos com a temática e a causa, fizeram de Blumenau referência nacional, na implementação do que preconizava o ECA.

Em 1991¹⁵, criou-se uma Secretaria afim, a Secretaria da Criança e do Adolescente, com uma estrutura municipal para dar conta de atender o público infanto-juvenil, com prioridade absoluta em programas de prevenção, proteção e medidas sócio-educativas. Absorvidos pelo regimento legal e pelo reconhecimento nacional, Blumenau instituiu na ocasião, dois Conselhos Tutelares e um Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o primeiro agente garantidor de direitos e o segundo para controle social das novas ações que lhe estruturavam.

Durante mais de 10 anos, em meio a contradições, foi possível implementar e ampliar o atendimento a esse público, tendo como principal complicador local a articulação com a rede de serviços do próprio município. Esse complicador, somado as políticas neoliberais implementadas a partir dos anos de 1990, foi um importante elemento local que não permitiu que as questões da infância e juventude fossem consolidadas além do público em situação de pobreza. Houve um refluxo dos direitos afirmados em lei com a implementação das políticas neoliberais, logo após a promulgação da Constituição e de outras leis como o ECA. Esse desmantelamento de direitos, a partir da política do “estado mínimo”¹⁶ que se instalou, com certeza teve sua legitimidade firmada na história patrimonialista do país. Entretanto, temos que considerar que a prática cotidiana dos técnicos foi um verdadeiro reinventar nessa conjuntura. Como referência a Frey (2000), pode-se

¹⁵ BLUMENAU. Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente. Relatório dos atendimentos - Programa Educação Social de Rua. Blumenau, 2001.

¹⁶ Segundo Mézaros (2002), a concepção de Estado mínimo surge como reação ao padrão de acumulação vigente durante grande parte do século XX, em que o Estado financiava não só a acumulação do capital, mas também a reprodução da força de trabalho via políticas sociais. Na medida em que este Estado deixa de financiar esta última, torna-se, ele próprio, “máximo” para o capital. Portanto, a idéia de Estado Mínimo pressupõe um deslocamento das atribuições do Estado perante a economia e a sociedade. Preconiza-se a não-intervenção e este afastamento em prol da liberdade individual e da competição entre os agentes econômicos, segundo o neoliberalismo, é o pressuposto da prosperidade econômica. A única forma de regulação econômica, portanto, deve ser feita pelas forças do mercado, as mais *racionalis* e eficientes possíveis. Ao Estado Mínimo cabe garantir a ordem, a legalidade e concentrar seu papel executivo naqueles serviços mínimos necessários para tanto: policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário, etc.

dizer que houve a apreensão por parte deles das dimensões *polity* e *politic*¹⁷. Apesar disso, não foi possível uma institucionalidade dos serviços.

Esse contexto fez com que a rede de atendimento se fragilizasse, de modo que o pequeno fio que permeava o diálogo da atenção integral para o público jovem - programas de prevenção, atividades sócio educativas, menor aprendiz - começou a se romper. O rompimento diz respeito à fragilidade de recursos e acentuada ideologia patrimonialista de tutela. Programas que respeitavam a autonomia e assessoria juvenil se voltaram para conflitos sócio-familiares e situações de medidas de proteção - nível em que não é tão fácil reconhecer o jovem como sujeito de direito, em prol da ordem e equilíbrio familiar, da adesão a escola ou ao trabalho.

Em 1995, um outro panorama se abriu com a gestão de um governo popular na cidade, cuja perspectiva ideológica preconizava ampliação das políticas públicas, em especial da rede de serviços sociais. Neste período, ocorreram vários concursos públicos e estruturou-se uma Secretaria Municipal de Assistência com um orçamento próprio. O orçamento da Secretaria da Criança e do Adolescente teve equiparação ao da Assistência Social e a Saúde recebeu novos técnicos. Algumas escolas - a partir de deliberação da Conferência Municipal de Criança e do Adolescente -, apesar de sua resistência, abriram seus portões à comunidade para a prática de atividades de esporte e lazer fora do horário escolar. Assim, outro panorama local foi possível, apesar da conjuntura nacional permanecer a mesma - elemento importante a ser levado em conta quando na análise de políticas municipais (FREY, 2000).

Ainda, em relação aos serviços sociais públicos, após várias discussões sobre o público entre os gestores, garantiu-se a “catraca livre”¹⁸ num único domingo do mês. Este fato encheu os comércios e lugares públicos da cidade. Uma verdadeira apropriação da cidade, que acreditamos ter sido também potencializada pelos vários serviços comunitários que chegavam até as populações das periferias, como oficinas, Programas Saúde da Família (PSFs), orçamento participativo, escolas, etc.

Antes da ampliação desses serviços, a cidade sofria transformações urbanas como qualquer outra cidade, de modo que aos poucos o centro foi reformulado. Destacadamente, houve a entrada de novos comércios, incluindo um grande *shopping center*, considerado o maior do

¹⁷ Para Frey, no contexto das políticas públicas, uma postura *polity* seria a apreensão dos serviços e suas finalidades e *politic*, da conjuntura onde esse serviço está inserido.

¹⁸ Lei municipal que autoriza o executivo municipal a isentar de tarifa o transporte público municipal em um domingo por mês, esse sem *calendário* fechado, priorizando atividades comunitárias e dias festivos.

Estado, e por sua beleza e concentração pública passou a constituir o espaço preferido das populações periféricas em dia de catraca livre.

Com isso, potencializada pelos serviços sociais, a população passou a interagir bem mais com a cidade, principalmente aos domingos de catraca livre. Frey (2000), ao dissertar sobre a análise de estilos políticos, reflete sobre o direcionamento que eles dão aos serviços e aos seus destinatários. Conforme a ideologia e pactos do governante se estruturam os serviços destinados à população. Segundo ele, essa perspectiva é assimilada pelo povo, que passa a ter outro perfil com relação aos serviços, aos espaços etc. Essas representações são fortemente reproduzidas.

Esses padrões de caráter mais gerais, presentes em todas as modalidades de ação política, representam condições que delimitam o comportamento dos atores individuais, estando este, por sua vez, reproduzindo permanentemente esses padrões de comportamento nas ações cotidianas (FREY, 2000, p.235).

Neste contexto, a mídia, direcionada pelos comerciários, solicitava ao poder público, medidas relacionadas à segurança pública. As ruas cheias, numa cidade reconhecida como “Europa brasileira”, pautada na lógica de povo ordeiro e trabalhador, caracterizava incômodo. Logo, se verifica que intrínseco ao discurso humanitário das elites perpassa a lógica de inclusão por determinada ordem e não pela autonomia ou acessos iguais. Nessa perspectiva lógica, a igualdade só é facilitada se for efetivada na esfera do privado, da caridade e do favor, mas não do público - que se refere essencialmente ao acesso igualitário dos espaços.

Para acentuar ainda mais as contradições do movimento urbano, somados a esse público já morador da cidade, outros públicos atraídos pela “abertura” popular da cidade surgiram. Vieram pela chamada dos diversos serviços sociais e, ainda, pela promessa desenvolvimentista e progressista apresentada por Blumenau, a qual esteve sempre pautada no mito fundador, na germanidade, como vimos anteriormente.

Tentando amenizar os reclames dos comerciários e, ao mesmo tempo, continuar garantindo o acesso aos espaços pela população economicamente desfavorecida, o poder público criou dois serviços de atenção à população de/na rua. Um, no âmbito da Secretaria de Assistência Social, o Programa Superação, desenvolvido e executado por esta mesma secretaria e que trabalha com população adulta que se encontra na (em situação de) rua. Para crianças e adolescentes foi criado o Programa Educação Social de Rua, desenvolvido e executado pela

Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente de Blumenau. Atuando diretamente no reconhecimento e mapeamento da população infanto-junvenil que se encontra na (em situação de) rua, a tentativa era a de se retirar das ruas essa população através de abordagem “*in loco*”. A equipe técnica era composta por dois Educadores Sociais, um Psicólogo e um Assistente Social e sua medida estava pautada por ações sócio-educativas junto aos meninos e meninas que se encontravam na (em situação de) rua, não necessariamente moradoras de rua. De certa forma, apesar da metodologia diferenciada de cada programa, o poder público começava a dar respostas aos vários reclames públicos. A pressão era grande, mas o orçamento nem sempre, não se conseguindo efetivar uma nova prática, mas apenas fazer a manutenção de uma perspectiva institucional histórica - o que confirma o que Half e Taylor (2003) argumentam sobre o modo como as “capacidades do Estado” e as “políticas herdadas” existentes estruturam as decisões ulteriores”.

Vale ressaltar que essas medidas e serviços foram pensados como ações emergenciais visando à proteção social. Antes disso, recorria-se à Polícia Militar que, em nome do Código de Elemento Suspeito¹⁹, abordava qualquer cidadão não-condizente com o “elemento normal” de Blumenau e acabava reprimindo e “limpando as ruas” ou acionando o Conselho Tutelar para levar esses “suspeitos” para suas respectivas comunidades. Violava-se nesses atos, os quais não eram questionados, o direito constitucional de ir e vir da população (dos adultos porque se argumentava que representavam “risco” e dos menores de 18 anos porque, eram “frágeis”).

Para contribuir com essa perspectiva, nessa mesma época foi criada a lei municipal que proíbe a circulação de jovens com *skate* em via pública da cidade, sendo ato passivo de multas e recolhimento do material por parte tanto da Polícia Militar quanto da Guarda Municipal de Trânsito. Tem-se aqui, nesse caso, um motivo para a existência de um conflito entre o legislativo e o executivo quanto à gestão das políticas sociais no município.

Ao criar essa lei, o legislativo se manifestou no sentido contrário do que defende a gestão popular do poder executivo, a qual entende que essas práticas devem perpassar a cidade já que não oferecem riscos. NO entanto, o legislativo acredita estar diante de práticas vândalas, portanto, consideram a regulamentação e a intervenção da segurança pública como legítimas. Dessa forma,

¹⁹ Elemento Suspeito é um código utilizado pela Central de Operações da Polícia Militar - COPOM - para definir a ocorrência de abordagem de pessoas em atitude suspeita em via pública.

o poder executivo viu-se forçado a criar espaços fechados para a prática desse esporte. A correlação de forças políticas ficou visível, bem como o pouco caso com a população em si.

Nesse contexto é impossível afirmar que os serviços públicos foram criados para atender o público a partir de sua demanda. Ao contrário, uma demanda diferenciada se explicitava no espaço público e era reencaminhada para outro espaço.

Os programas tiveram êxito, principalmente com os adultos, pois se mantiveram efetivos por mais tempo: mantinham abordagens durante 24 horas, conectavam aos seus serviços um albergue e mantinham efetivas relações com os serviços de Saúde e com a Secretaria de Geração de Trabalho e Renda conseguindo, na maioria das situações, garantir auxílio básico a partir da Assistência Social e posteriores encaminhamentos e acompanhamentos.

Já o programa de atendimento ao público juvenil começou com uma metodologia diferenciada: não atuava durante o período contínuo de 24 (vinte e quatro) horas e fazia abordagens comunitárias, uma espécie de aproximação e reconhecimento, não com o intuito de retirada da rua e sim, de potencializar esse público naquele espaço, encaminhando-o, quando assim era consentido, à serviços de cultura, esporte e lazer, ou melhor, nas ações de prevenção e proteção preconizadas no ECA.

Por serem um diferencial naquele contexto, ambos os programas sofreram pressões externas contínuas. O programa dirigido ao público juvenil tinha o Ministério Público, Conselhos Tutelares e a sociedade que exigiam medidas mais contundentes sem serem desvencilhadas da lógica clientelista. Defendiam que o público deveria ser retirado de suas vistas, confinado às suas casas e/ou às escolas ou exercenr alguma atividade laboral conforme a idade. Alegavam, ainda, que as políticas eram pontuais, argumento que de certa forma se sustentava, uma vez que a implementação desse serviço era uma experiência nova no município. O Programa para adultos era acusado de “tutelar vagabundos” ao mesmo tempo em que “não sabia lidar com sua demanda interna”já que o público atendido não se emancipava daquele serviço.

Foram seis anos de enfrentamentos, de 1999 a 2005. Os programas eram inovadores em suas metodologias e deram conta de articular uma rede de proteção em torno do público de jovens. Assessoravam a família, a comunidade e exigiam interação das unidades de saúde e da política de assistência social, no que tangia a ações imediatas e de longo prazo. Articulavam ações sócio-educativas visando sempre resgatar e respeitar o tempo e as potencialidades desse

público. Tiravam, dessa forma, o estigma de “elementos suspeitos” principalmente atribuído aos jovens.

Lembramos que, se os jovens não tiverem sua moratória social garantida, prejudicados por consequência estarão em sua moratória vital, em outras palavras, se não ganharem proteção devida em seu processo geracional etário, estarão diretamente prejudicados em seu processo de desenvolvimento social e político.

Para o público não contemplado por esse serviço, reconhecemos a Educação como o principal atendimento na medida em que em Blumenau conseguiu ser universalizante no sentido de acesso, não faltando vagas no ensino fundamental e médio.

A partir de 2005, o programa juvenil de abordagem de rua foi anexado ao de adultos para não ser extinto, bem como sua Secretaria afim. Cabe salientar que pautamos essa análise em relatos de entrevistas e nas atitudes da gestão. Em vários momentos tentamos acessar o novo projeto, não obtendo êxito. Quando oficiamos o pedido, recebemos apenas a resposta de que não seria possível devido ao fato de ambos estarem passando por reformulações, as quais segundo a Assistente Social ME²⁰ atuante no programa, nunca existiram.

O programa para adultos teve sua equipe reduzida e as abordagens de rua diminuíram, consequência visível do fechamento da cidade para pessoas não-produtivas e do cancelamento da catraca livre logo após a mudança de governo.

Hoje, os serviços existentes em Blumenau, destinados especificamente aos jovens, e que podem ser considerados potencializadores em sua gênese, além do Programa da Saúde do Adolescente - PROSAD - de iniciativa do governo Federal (criado pela Portaria do Ministério da Saúde nº 980/GM de 21/12/1989), são o “Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano” e a “Assessoria para Assuntos da Juventude”. O primeiro (o Agente Jovem), também Programa do Governo Federal, contempla jovens entre 15 a 17 anos, os quais para participarem têm que estar alfabetizados e ser de baixa renda. A perspectiva é que esses jovens sejam capacitados para estarem em sua comunidade como Agente Jovem, mediante a concessão de uma bolsa de R\$ 65,00, e, de fato, é isso o que ocorre uma vez que sua formação acaba se voltando para uma capacitação que visa a inclusão no mercado de trabalho. Os objetivos principais desse programa eram: a) estimular o jovem para o desenvolvimento do seu papel de protagonista na sociedade, b)

²⁰ Entrevista gravada em novembro de 2006, Entrevistada: ME, Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social de Blumenau.

mostrar ao jovem que é possível planejar e construir seu próprio futuro, c) fazer com que esse jovem se supere e se prepare para atuar de modo cooperativo na transformação da própria comunidade onde vive, d) resgatar vínculos familiares comunitários e sociais, e) reverter indicadores sociais pela ação corretiva e preventiva e f) inserir e re-inserir o jovem no sistema educacional.

Os jovens deveriam freqüentar um curso de capacitação durante seis meses, para depois começarem a atuar em sua comunidade. Em Blumenau o programa tem mais de 100 jovens inclusos e as capacitações acontecem, mas contemplam a instrumentalidade para estarem aptos ao mercado de trabalho. Não há um curso que contemple outra perspectiva no Agente Jovem de Blumenau.

Já a “Assessoria para Assuntos da Juventude” é um serviço vinculado ao gabinete do prefeito, sem dotação orçamentária. Consiste numa equipe de assessoramento para iniciativas juvenis na área da cultura, esporte e lazer quando o termo assessoria é de fato o executado. Entre os anos de 2005 e 2006 foram assessorados 28 eventos, todos de no mínimo 2 dias e no máximo de 4 dias, em sua maioria realizados nos finais de semana. Todas as atividades tiveram suas iniciativas a partir de organizações locais. Os 28 (vinte e oito) eventos foram desde a assessoria à gincana da cidade – têm uma característica integradora, mas também competitiva, onde ter meios materiais como carro e tempo é determinante, e dessa forma, atinge quase sempre um público que tem sua moratória social garantida – até os eventos de bairros, tais como o Campeonato de Skate, a Garota do Bairro, o Basquete de Rua e os eventos evangélicos. Na maioria, as atividades são comunitárias e visam potencializar as iniciativas juvenis da cidade, bem como a promover eventos para esse público.

O serviço da Assessoria para Juventude acaba, contudo, sendo limitado em consequência das constantes mudanças na indicação política do Assessor. Em 3 (três) anos de governo municipal, mudou 4 (quatro) vezes. Apesar de alguns membros permanecerem na equipe, há dificuldade em manter um projeto de longo prazo. Cada assessor tende a implementar ações a partir de interesses corporativistas. Isso se explicita no cronograma de atividades da assessoria, quando analisamos o público atendido, local - território - *versus* gestão da assessoria. Esse fator também dificulta a vinculação do público ao serviço, já que este não tem continuidade no mesmo espaço.

Com essa concepção de gestão, a assessoria não se caracteriza como política pública. Exemplo disso foi a não-potencialização e não-conexão de apoio ao Encontro Estadual de *Hip Hop* que no ano de 2006 não aconteceu na cidade de Blumenau sob a alegação de ser organizado numa outra perspectiva ideológica. A assessoria se caracteriza como um apoio às potencialidades juvenis em Blumenau, mas os jovens nem sempre são seu maior alvo.

É importante enfatizar que a Polícia Militar, no contexto atual, voltou a ser a maior interlocutora com o público juvenil nos espaços públicos. No período de 2003 a 2006 a Polícia Militar abordou/parou e revistou na rua 10.338 jovens em “atitudes suspeitas” na via pública. Os mais abordados são aqueles que transitam ou têm uma postura diferenciada do modelo de jovem “normal”. É o que denunciam os jovens da nossa pesquisa: “basta estarmos na rua depois das 22h, com esse jeito de favela para sermos abordados”.

Ao buscar dados sobre essas abordagens, verificamos se tratar sempre de “elementos em atitude suspeita” e “perturbação da ordem pública”. Não foi possível obter nesses dados informações sobre a classe social, por exemplo. Porém, constatamos em entrevistas que boa parte desses jovens são trabalhadores fabris, que saem após o fim do terceiro turno (22 horas), horários de ênfase das abordagens. A impressão é de que ser jovem é determinante como critério nessas situações.

O resgate do cenário dos serviços públicos de Blumenau é importante, nesse quadro de análise, para a identificação histórica dos conflitos geracionais e as reais dificuldades de implementação de uma política social pública de reconhecimento (e não só de inclusão). A defesa da inclusão social a todo custo sempre foi um dos elementos presentes em Blumenau, principalmente daquela pautada em direitos legais, repartindo o público em faixa etária, gênero e pobreza. .

Pode-se dizer que em todos os serviços prevalece uma visão *adultocêntrica* sobre a juventude. Com exceção da incipiente proposta da Assessoria para Assuntos da Juventude em assessorar iniciativas juvenis, a maioria dos serviços ignora os anseios juvenis.

Essas hipóteses são confirmadas no depoimento de um ex-educador social, JS²¹, participante de um extinto programa comunitário de abordagem da cidade de Blumenau, quando relatou sobre o conflito em ser visto pelos jovens como Instituição (ou adulto) e, ao mesmo

²¹ Entrevista concedida em janeiro de 2006. Ex-Educador Social e Residente do Programa Saúde da Família do bairro Velha Grande/Blumenau.

tempo, suas tentativas de - nas reuniões de equipe técnica do programa - defender as idéias e os anseios trazidos pelos jovens no espaço que lhes era de atuação.

[...] o papel do Estado acredito ser este mesmo, mas não por esses mecanismos de institucionalização que já dão o lugar pronto, engessam muito, tão aí para ser quebrado [...] , Eu tentava a todo o momento quebrar com isso, mas ao mesmo tempo eu entrei enquanto representante profissional que cuidava do espaço, uma carapuça, eu tentando tirar, mas não conseguia por completo, mas como é que eu tentava tirar, de ser um espaço que eu não dava normativas, que aconteciam coisas polêmicas, que para mim não é tão polêmico assim (JS., entrevista concedida em 15/12/2006).

JS. fala aqui das representações e anseios juvenis que se explicitavam, na medida em que a abertura era oferecida, e que aos olhares adultos eram polêmicas. Quando questionado sobre como levava essa abertura que dava aos jovens para a equipe ele diz: “[...] não, nem tudo eu relatava” (JS., entrevista concedida em 15/12/2005).

Martins (2001) afirma que a idade jurídica é uma característica essencial desta sociedade, a sociedade do contrato. São nessas definições de igualdade que os serviços estão centrados - nas definições institucionais que cada um tem em seu lugar - e não nas questões sociais ou geracionais que se explicitam no confronto com as demais realidades ou demandas.

Em sua reflexão sobre exclusão, esse autor afirma que o sistema econômico não se sente responsável a pagar pelos problemas sociais que cria. Por isso, ele transfere para o grupo familiar parte de sua *irracionalidade*. Não é o Estado que assume o custo social da transição para um modelo capitalista tecnicamente mais desenvolvido, mas as famílias ou o privado. Neste sentido, esclarece de certa forma por que não há interesse em ações públicas e sociais que garantam a igualdade de acesso, principalmente do público que explicita seus anseios nos espaços públicos relegados ao privado. O social é ônus da esfera privada, ações de reconhecimento não se desenvolvem devido esse histórico.

Além de a juventude ser tratada homogeneamente como público/geração, em Blumenau a população em geral é tida como “homogeneamente germânica”, o que, no nosso entender, fere duplamente o processo cultural da juventude nesta cidade.

Estes elementos folclóricos acerca da cidade de Blumenau são vistos como se fosse uma unidade cultural da região e fruto de uma linearidade história. Eles – os elementos folclóricos/linearidade histórica – definem um único padrão estético e de moralidade, sendo esta concepção arcaica de cultura que define muitas das políticas públicas da região. Justificam-se

nessa perspectiva os argumentos xenófobos, a exploração e intensidade do trabalho e implicam na ausência de outros espaços de sociabilidade pública (MACHADO, 2006).

Sabemos que as peculiaridades sociais, econômicas e as políticas das sociedades em desenvolvimento não podem ser tratadas apenas como fatores institucionais e processuais específicos. É preciso uma adaptação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento. E com relação ao nosso foco de análise – os jovens –, é preciso buscar dados específicos que complementem os elementos folclóricos acerca da cultura.

Procurou-se evidenciar que nesse contexto histórico a juventude e seus movimentos, quando não são ignorados, são tratados como “problema social” pela sociedade (SOUSA, 2002; ABRAMO, 1997) ou, acentua Abad (2002), como um movimento socializador em potencial para um problema social. Ainda são “mitos”, na medida em que descritos e compreendidos como a mídia e o senso comum os descreve.

A problematização sociológica desse processo não é alcançada e, ao tratarmos da juventude contemporânea, é preciso sinalizar alguns/algumas elementos/categorias que processem e fundamentem essa diferenciação. Caso contrário, os adultos verão, com muita frequência, na crise da juventude um problema essencialmente técnico: admitir-se-á que arrumação de melhores condições materiais de vida não é suficiente para satisfazê-los (LAPASSADE, 1963).

No próximo capítulo, traremos ao debate os grupos e as falas juvenis apreendidos no contexto da cidade de Blumenau: como os jovens dessa cidade se denominam, como vêm a cidade e sociedade, o que significam suas práticas nos espaços públicos.

CAPITULO III

3.1 O CAMPO E AS ESTRATÉGIAS

Nossa pesquisa de campo buscou compreender o movimento da juventude na sociedade no sentido de apreender como o município de Blumenau identifica e cria a identidade do jovem nas relações urbanas e como estas relações repercutem e retornam como sociabilidade.

Nosso objetivo é fazer uma reflexão acerca da ocupação dos espaços públicos, especificamente da rua, da cidade de Blumenau realizada pela população jovem como alternativa ao envolvimento nos programas sociais oferecidos, e, que corrobora na criação de uma cultura juvenil determinada. Trata-se de uma reflexão de sentido não-isolado, porque absorvida pela imagem construída de juvenilização da cidade. Temos que explicitar as potencialidades destes jovens, de seus atos nesses espaços, para analisar se são ações que contribuem, ou não, para sua socialização e para a juvenilização da sociedade e se, de fato, corroboram para o desenvolvimento de uma sociabilidade juvenil por meio da apropriação do espaço urbano.

Utilizamos a metodologia de análise qualitativa, pois ela, além dos objetivos amplos de descrição, do desenvolvimento conceitual e do teste de conceitos, possibilitou desempenhar uma combinação com outros métodos, dentre eles, a análise do discurso, por ocasião da análise dos documentos históricos da pesquisa (GIL *apud* BAUER; HASKELL, 2000)

Concomitantemente, iniciamos as entrevistas com os jovens nos seguintes espaços eleitos: Praça do Estudante, Praça do Biergarten, Prainha, Parque Ramiro Rüdiger, Shopping Neumarkt e algumas ruas principais da cidade de Blumenau, quais sejam, a XV de Novembro, Beira Rio, Antônio da Veiga e Alberto Stein. Para esta última atividade utilizamos a observação participante que conforme Becker e Gerr (*apud* BAUER; HASKELL, 2000) a considera “a forma mais completa de informação sociológica”. Segundo os autores, na observação participante o pesquisador está aberto a uma maior amplitude e profundidade de informação, sendo capaz de triangular diferentes interesses e observações e conferir discrepâncias emergentes no decurso do trabalho de campo.

Ao longo do processo tivemos de repensar vários elementos constitutivos da pesquisa diante de problemas imprevistos, tais como a falta de apoio dos serviços públicos na obtenção de

informações e/ou de registros disponíveis que nos indicassem os locais onde os jovens se encontrariam sistematicamente como esperávamos. Já para a pesquisa exploratória, os agentes facilitadores dessas informações foram outros. Com a mudança da gestão administrativa, devido a outra perspectiva ideológica de gestão, todos os programas foram “re-pensados” e alguns, considerados menos relevantes e, conseqüentemente, desmontados, como foi o caso do Programa de Abordagem Social de Rua. No entanto, essa informação só foi confirmada a partir de entrevistas com alguns técnicos do Programa, uma vez que os gestores por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social negaram essa extinção e não facilitaram o acesso a documentos que nos referenciassem serviços a esse público tentando, inclusive, direcionar nosso foco de pesquisa para outras atividades por eles desenvolvidas. Em compensação, os demais serviços foram eficientes no que diz respeito à publicidade de suas ações.

Como estratégia para alcançar nosso objetivo no que se referia à Assistência Social, desistimos da pesquisa via documentação oficial e partimos para entrevistas com técnicos dos serviços que nos interessavam. Entrevistamos Assistentes Sociais, Psicólogos e Educadores Sociais do extinto Programa Educação Social de Rua. E ainda, interagimos e participamos de alguns movimentos sobre e na cidade.

Com o mesmo método de observação/ação participante (HAGUETTE, 2002) mantivemos contato com os jovens nos espaços públicos tendo por objetivo identificar tais espaços, verificar o que faziam ali e porque os haviam escolhido, na perspectiva de fundamentar o reconhecimento de como os jovens interagem com a cidade e se há juvenilização social em suas ações.

As incursões de campo compreenderam o período de um ano, por desconsiderarmos as apropriações dos espaços públicos no período da *Oktoberfest* e outros eventos relevantes da cidade.

Em todos os grupos a aproximação foi objetiva, até porque não havia a intenção de estabelecer uma convivência com os mesmos. A reincidência de sujeitos encontrados nos espaços possibilitou uma identidade comum em alguns momentos da pesquisa, inclusive indicações para outras abordagens. Esse fato nos deu entrada em alguns espaços ou junto a sujeitos com os quais talvez não tivéssemos possibilidades de interagir. Em todos os momentos iniciamos a conversa a partir de elementos comuns da realidade espacial onde se encontravam, conduzindo para o sentido que nos interessava e solicitando autorização para gravar depoimentos individuais.

Para compreender melhor esse cenário, vamos descrever o perfil das juventudes localizadas. Em seguida, com auxílio de um mapa, apresentaremos a localização espacial dos grupos e um resgate histórico de cada local, seu significado para a cidade e para esses jovens. Feito a devida localização do leitor sobre os espaços e do perfil geral dos jovens entrevistados, partiremos para a caracterização e expressão de cada grupo no momento da interação e significação com os referidos espaços, mas antes.

Blumenau tem sua extensão territorial verticalizada. Sua apropriação ocorreu às margens do rio Itajaí-açu, que permeia literalmente de forma horizontalizada a parte central dessa extensão, fragmentando ainda mais os espaços dessa pequena largura geográfica. Sendo a região composta por vales, o não-alcance da vista já se torna elemento para fundamentar e denominar um novo espaço ou bairro.

Por conta de sua geografia, pode-se afirmar que Blumenau tem vários centros, ou várias cidades dentro de uma mesma cidade, fenômeno comum às cidades contemporâneas segundo Negt (1999). No entanto, é no centro principal da cidade e em seus entornos que se constitui o palco escolhido pelos jovens para estarem nos espaços públicos. Saindo de suas comunidades ou bairros, deslocam-se de ônibus, de bicicleta, de *skate* e a pé para a região central, onde permanecem em praças, *shoppings*, calçadas e/ou parques, conversando, às vezes bebendo e fumando. Portanto, todos os entrevistados não estavam nos seus lugares de origem no momento das entrevistas, o que nos remete a interpretar que estes estão em busca do anonimato, do não censuramento e não-disciplinamento de suas atitudes.

Nas falas e atitudes dos jovens pesquisados, se fazia presente a busca pela possibilidade de livre expressão sem que ficasse claro o que isso implicaria. Manifestavam o desejo de sair do controle dos adultos, mas não conseguiam especificar que tipo de controle seria e que expressão diferenciada queriam assumir. Muitas vezes, ocupavam os espaços sem nada nele ou dele fazerem concretamente.

Para os jovens, a região central é uma referência, não pelos serviços e espaços que apresenta (pois nas comunidades e bairros, muitas vezes, estes são melhores) mas pela possibilidade do anonimato frente às instituições controladoras: comunidade, família, escola e outros. Além disso, ela é mantenedora do cartão postal da cidade a partir de espaços históricos, administrativos e de mercado, tornando-se atrativa ao mesmo passo que, de forma indireta, é mais

reguladora que os demais espaços. Isso porque, nesse contexto não se encontra a família, a escola, a comunidade, mas a segurança pública, instrumento utilizado para mostrar que a cidade e suas referências são prioridade para o bem mercadológico, não comportando, ou apenas tolerando, a permanência de quem não queira consumir.

Nessas ocupações aparece como pano de fundo um recorte classista, na medida em que os jovens que ocupam os espaços públicos o fazem na maioria das vezes para consumir bebidas, o que poderia ser perfeitamente feito em qualquer bar da cidade. No entanto, nessa circunstância, mesmo os preços populares se tornam elementos cerceadores de acesso para alguns dos jovens que encontramos. Dentre os grupos pesquisados, apenas um deles consumia uísque nos espaços públicos e argumentava estar ali por “escolha”, pela tranquilidade do lugar, e não pelo fator econômico.

Apesar desses indicadores, estava presente nas atitudes desses jovens a necessidade de anonimato. Ao mesmo tempo em que transgrediam a normalidade e chamavam a atenção com isso, tentavam não ser reconhecidos pelas pessoas em comum de outras faixas etárias. Deste modo, uma via de mão dupla os caracteriza: ao mesmo tempo que fugiam da repressão institucional da família e da comunidade, permaneciam em espaços importantes e visíveis da cidade. Sem práticas políticas contestatórias, permaneciam nesses espaços “chamando atenção” com gestos, com o visual diferenciado e pelo consumo de bebidas alcoólicas fora dos lugares “pré-estabelecidos” socialmente.

Considerando esses elementos, poderíamos indicar que a apropriação que os jovens fazem dos espaços da cidade - sem que haja uma consciência de que o estejam fazendo²² - é uma estratégia de visibilidade. Isso explica a contradição entre a prática e o discurso do anonimato. No fundo, eles estão lidando com dois mundos: o mundo do concreto, do dia-a-dia dos bairros e das famílias e etc., do qual querem fugir, e o mundo “do imaginário”, o centro, o público, o que foi construído para os turistas, para “a sociedade”, a “estética”, o “ordeiro”, no qual querem circular por serem espaços estratégicos para a visibilidade.

Com estas características acreditamos se tratar de grupos informais ou espontâneos de jovens em busca de uma afirmação identitária ou de transição. Groppo (2000), fazendo referência

²² Referimo-nos ao “saber não sabido” referenciado por Certau (1994). Para ele, entre a prática e a teoria há uma terceira posição: o saber não sabido. Trata-se de saberes sobre os quais os sujeitos não refletem. Tais saberes são, às vezes, reconhecidos por outro, mas não por seu proprietário.

à discussão de Eisenstadt, afirma que dada a complexidade da sociedade moderna os grupos etários recebem uma tarefa mais difícil, de transição da vida familiar para a vida social mais ampla. Este processo conduz ao surgimento de vários grupos e agências dirigidos à juventude²³, dentre eles, os grupos juvenis espontâneos, os quais não servem para obtenção plena de um *status* adulto, no entanto, não são ambivalentes a este. Para o autor, ao mesmo tempo em que esses grupos espontâneos procuram acentuar suas diferenças em relação aos adultos e opor-se a papéis parciais oferecidos, esforçam-se por se comunicarem e serem reconhecidos pela sociedade ampla.

Apesar das diferentes orientações de valor e dos espaços ocupados não serem espaços de transição para um *status*, os grupos juvenis espontâneos constituem um processo de maturação social no qual os próprios jovens têm papéis relevantes ao criarem as primeiras disposições para identificação com a sociedade e por serem receptáculos de solidariedade (EISENSTADT *apud* GROppo, 2000, p.49).

Apesar de considerarmos que esses espaços são de maturação e reconhecimento juvenil, percebeu-se na prática de alguns dos jovens pesquisados algumas contestações, sendo, talvez, a mais acirrada delas a “contestação” das condições econômicas. Os jovens em questão não acessam estabelecimentos oficiais por não terem recursos econômicos suficientes para pagar a diferença da prestação de serviços – garçom, *couver* e outros – a que os supermercados, por exemplo, não estão condicionados. No entanto, permanecem geralmente em lugares que fazem frente ou lateral a espaços que prestam serviços de bar, lanchonete e similares. Acreditamos que devido à falta de clareza ou amadurecimento demandados por vários fatores da sociedade moderna, essas expressões, pautadas em fatos históricos de desenvolvimento urbano e principalmente na negação de uma moratória social aos jovens, não são potencializadas e acabam por constituindo uma rebeldia sem causa para a sociedade.

Segundo Groppo:

A multiplicidade das juventudes não se funda num vazio social ou num nada cultural, não emerge de uma realidade meramente diversa, ininteligível e esvaecida. Tem como base experiências sócio-culturais anteriores, paralelas ou posteriores que criam e recriam as faixas etárias e institucionalizaram o curso da vida individual (GROppo, 2000, p.43).

²³ Ele menciona três: sistema escolar educacional, agências juvenis mantidas por adultos e grupos juvenis espontâneos (GROppo, 2000, p.43).

Portanto, quando afirmamos que se explicitam no cenário público questões do social e não só do exercício político, estamos afirmando que a juventude, apesar de institucionalizada em seu curso da vida a partir do projeto civilizador da modernidade, manifesta as desigualdades a ela impostas historicamente, como gênero, pobreza e localização territorial. Como não há um exercício reflexivo por parte dos jovens, a sua prática não se caracteriza como contestação política, mas se apresenta latente nos espaços como possibilidade de novos formatos de fazer o cotidiano.

Nesse contexto, entra em cena um outro elemento que alcança as juventudes nos espaços públicos: a segurança pública, ou o braço do Estado – a grande vilã das defesas institucionais contra as expressões juvenis. Com relação a esta questão, constatamos que nem sempre a polícia e a guarda de trânsito – no caso de Blumenau – referendam visivelmente a segurança para lados ou gerações distintas. Tanto para a sociedade, que reclama uma atitude frente à permanência dos jovens nos espaços públicos, quanto para os jovens as ações relativas à segurança pública constituem o âmbito das representações. Para os jovens blumenauenses, a polícia é vista como truculenta e agressiva. Para sociedade blumenauense, a polícia “não faz nada”, pois não tira os jovens de determinados espaços.

Já nos dados da Polícia Militar, os jovens que estão nos espaços públicos são tidos apenas como elementos suspeitos, pois os laudos das ocorrências envolvendo o público juvenil afirmam se tratar de “averiguação de elemento suspeito” e a medida tomada pelos policiais é de orientar os “elementos” sobre o quanto suas atitudes se enquadram na contravenção penal: perturbação do sossego alheio. Em geral, o fechamento dessas averiguações/ocorrências implicam em fazer com que os jovens se “comportem” ou “sigam destino”, saiam do local, circulem, o que quase sempre fazem, indignados, mas sem enfrentamentos diretos.

A linha que permeia a resistência juvenil se rompe no lado mais fraco, neste caso o dos jovens pelo fato de que, até o momento, grande parte deles não teve nenhuma experiência igualitária, mas apenas de sujeição aos pais, aos mais velhos, à igreja, à escola, etc. É justamente na fase da juventude que eles começam a “dar os primeiros passos” para quebrar as hierarquias e ascender a algum patamar identitário. No espaço público, se “subiu alguns degraus” - se assim podemos dizer no que se refere aos segmentos (pais, igreja, escola) que a juventude já desconsiderou sobre vigilância - que já se “eliminou” dele a comunidade, escola e família, mas a Polícia ainda não. O fato de saírem dos bairros e ficarem “entre iguais” na rua, mostra que eles

estão fazendo experiências de novas formações sociais. No entanto, as representações acerca da Polícia e de sua truculência aumentam e ganham ênfase em seus discursos por ser ela o Institucional que ainda os enfrenta no espaços públicos. Dessa forma, repudiam a polícia, mas não agem contra a regulação que acontece, já que valorizam as câmeras de vigilância e limpam os espaços onde permanecem para poderem ali voltar - como foi a característica de um dos grupos - sem apresentar nas ocorrências policiais motivo de ação efetiva contra si, mas apenas de diagnóstico e advertência.

Mellucci (1996) ao discutir elementos dessa natureza afirma:

que sociedade não é mais a tradução monolítica de um poder dominante e de regras culturais na vida das pessoas, ela lembra um campo interdependente constituído por conflitos e continuamente preenchido por significados culturais opostos (MELLUCI, 1996, p.48).

Por isso, a aparência da regulação institucional é de agregação e tolerância, fato que, de certa forma, desmobiliza qualquer ação mais contundente por parte dos jovens mais críticos e determina a “obediência” dos demais. Estamos frente a outra estratégia de disciplinamento quando os jovens que estão nesses espaços, de certa forma, corroboram com esse “contrato”. A truculência está no imaginário dessa população uma vez que o disciplinamento acontece “naturalmente”, salvo raras exceções. Quando este “acordo” não apresenta resultado efetivo, a prática do revestimento e do “paredão” são usadas para reafirmar o estabelecido simbolicamente, ação que sempre culmina na obrigação de mudar de espaço por parte dos jovens.

Apesar desse cenário de não-enfrentamentos diretos, segundo Melluci (1996, p.23)²⁴, esses conflitos se desenvolvem nas áreas do sistema que estão expostas aos maiores investimentos simbólicos e, por isso, de maior sujeição às pressões por conformidade, ainda que as ações dos atores desses conflitos sirvam como indicadores. Ou seja, ocorrem como numa espécie de mensagem enviada à sociedade justificando a necessidade da ocupação dos espaços estratégicos e visíveis da cidade, por isso essas ações se constituem em desafios simbólicos, mesmo quando não alcançam um perfil político organizado.

A confirmação desse simbólico se caracteriza quando o grande diferencial dessa população se manifesta como sua aparência visual e não necessariamente suas ações.

²⁴ Lembramos que Melluci trata de movimentos sociais, mas são suas considerações sobre os espaços utilizados por tais movimentos é o que nos interessa.

Encontramos na rua *Skatistas, Rappers, Heavy Metals, EMOs* ou simplesmente adeptos do *Rock and Roll* e aqueles sem referencial específico, mas que acabam por se enquadrar no padrão consumista de marcas. Todos fazem jus ao visual requerido por suas respectivas ideologias. Com exceção dos *EMOs*, todos se consideram segregados no contexto da cidade devido às suas aparências. Trata-se de uma segregação que aparenta incomodá-los significativamente, no entanto não o suficiente para alterarem suas práticas ou as próprias aparências. Isso nos leva a concordar com Groppo (2000) quem afirma que é na segregação, também, que os jovens podem atingir gradualmente, e com mais segurança, uma orientação ainda coletivista com seus iguais do grupo juvenil. Segundo este autor,

estes grupos acabam tendo “sucesso” como institucionalização secundária do jovem na sociedade moderna, porque são um segundo estágio de maturação psicológica e mantêm a capacidade de escolha entre alternativas segundo valores morais gerais, além de criarem uma estabilidade de comportamento e de vida emocional (GROPPO, 2000, p.49).

Esse “sucesso” a que faz referência Groppo (2000) ao falar da institucionalização secundária desses jovens como possibilidade de maturação, de estabilidade de comportamento adquirida entre os iguais, se apresenta nos grupos entrevistados uma vez que todos (com exceção dos que estão na faixa etária inferior aos 16 anos) trabalham em empregos formais (como empresas têxteis, agências de publicidade, comércio, etc.) e moram com os pais. Além disso, a grande maioria concluiu o ensino fundamental ou continua a estudar pelo compromisso de “se dar bem” e se mostrar como “exemplo aos seus pais”.

Percebemos também, a partir desses elementos, haver uma tolerância para com a perpetuação da estaticidade urbana. Na medida em que a diferença apresentada por esta geração não é questionada contundentemente pela sociedade, os jovens não perdem o motivo de acentuá-la, porém, não alteram significativamente os espaços que ocupam, mas apenas o ocupam. A identidade assimilada com relação à cidade é pré-estabelecida, os planos para com o futuro são uma imitação dos valores do mundo adulto, que em Blumenau estão pautados num tradicionalismo afirmado através do slogan “ordem e trabalho”, mensagem presente nas atitudes juvenis com relação ao futuro. Ora as falas desses jovens são conservadoras e suas práticas contestadoras, ora suas falas são contestadoras e suas práticas conservadoras; prática e consciência não se mostram andar juntas, de modo que a práxis não existe e nos deparamos com a rebeldia sem causa.

Os jovens entrevistados formam o que Mannheim (1982) definiu como unidade de geração, considerando que partilham de experiências que não são comuns aos demais integrantes da mesma geração blumenauense, pois são um percentual pequeno do total da juventude dessa cidade. Para o autor, unidades de geração se caracterizam:

pelo fato de que não envolvem apenas acontecimentos partilhados igualmente por todos [...], mas também uma identidade de reações, uma certa afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são formados por elas (MANNHEIM, 1982, p.89).

Os jovens em questão estão nos espaços partilhando questões comuns à faixa etária na qual se encontram, mas principalmente as vivências possíveis à moratória vital de cada um. Coletivamente, estão nos espaços públicos sem muita propriedade acerca destes. O perfil geral desses jovens requer uma ampliação da análise, o que será feito a seguir na medida em que adentrarmos ao reconhecimento das especificidades de cada espaço e cada grupo.

3.2 OS ESPAÇOS E OS GRUPOS

Foram analisados oito grupos e quatro subgrupos. Dois grupos se definiram como *Rappers*, dois como *Heavy Metals* ou amantes do *rock and roll* (conjuntamente com um subgrupo de *EMOs*), um como *Ciclistas* e outros três que não se definiram. Estes últimos foram considerados como “jovens padronizados pelo consumo” pelo fato de não assumirem nenhum referencial e estarem caracterizados com estilos/roupas da moda atual. Os grupos foram abordados em sete espaços distintos, em diferentes contextos da cidade.

Para alcançarmos uma boa análise referente aos movimentos dos jovens faremos referência aos lugares de circulação destes, incluindo um resgate histórico de cada espaço e sua representatividade para esta sociedade e cidade, objetivando reconhecer o que implica a ação desses jovens no contexto desses espaços e vice-e-versa.

Usando um mapa com vista aérea da região central e de seus entornos, localizamos geograficamente todos os espaços dentro do perímetro da cidade e significamos sua presença nesse contexto espacial recortado por um rio e vales, confirmando o que afirma Melluci (1996) sobre o fato de os conflitos se desenvolverem nas áreas do sistema que estão expostas aos maiores investimentos simbólicos e, por isso, mais sujeitas às pressões por conformidade. Em Blumenau não foi diferente, pois estrategicamente as ocupações se localizam de forma a contornar o centro principal da cidade, o que dá a impressão de terem sido distribuídas previamente. No entanto, com exceção de um único lugar, todos os demais são instrumentos de lazer ou cultura criados pela sociedade, o que nos faz compreender que se trata apenas de apropriações aparentes. Ainda assim, conforme foi apontado por Melluci (1996), estes espaços podem ser simbolicamente indicadores dos problemas cruciais que a juventude vivencia, isto é, uma espécie de desafio simbólico à sociedade provocado a partir de redes conflituosas formadas, neste caso, por jovens, as quais, segundo o autor, podem se constituir em formas de produção cultural e em espaços de referência simbólica.

A distância de alguns dos lugares de circulação dos jovens a outros chega ser de 10 km, o que não os impede conforme seus recursos em seu deslocamento. É importante ressaltar que desses oito grupos um não assumiu uma única vinculação territorial, concentrando-se em diversos locais em sua passagem pelo centro.

Dentre os espaços eleitos, alguns são bastante antigos, sendo considerados de importância histórica para cidade, e por isso são mantidos pelo poder público. Citamos, como exemplo, a Praça do Biergarten, antigo porto fluvial e primeira entrada da cidade, considerada hoje espaço de cultura e lazer, bem como a rua XV de Novembro, que parte da referida praça e é considerada a primeira rua da cidade - dando origem ao centro histórico - e se estende de um lado ao outro do centro principal e comercial.

Os demais espaços utilizados na pesquisa de campo foram espaços criados como incentivo ao crescimento da cidade na década de 1980, após as enchentes. A Prainha, revitalizada como área de lazer e prática de esportes acoplada ao espaço gastronômico e cultural, recebe muitos turistas por conta de uma réplica da primeira embarcação que chegou à cidade no início da sua colonização e um restaurante típico, ambos dispostos no local. Já a rua Antônio da Veiga e a Praça do Estudante se constituíram a partir da Universidade Regional de Blumenau e são corredores de acesso aos espaços de referência na cidade e ponto dos encontros de jovens estudantes, uma vez que a maioria da comunidade universitária mora em seus arredores. Apresenta ainda uma diversidade de bares, boates e similares direcionados ao público juvenil.

Nas proximidades da Praça do Estudante localiza-se a rua Alberto Stein, que tem seu auge de público na *Oktoberfest* por fazer parte de um dos corredores centrais que levam aos pavilhões da festa. Na década de 1990, passou também a mediar o acesso a dois hipermercados e a fazer esquina com um terminal de ônibus urbano. A rua possibilita, igualmente, o acesso ao Parque Ramiro Rudeger, outro espaço por nós estudado, e a um parque localizado atrás dos pavilhões da *Oktoberfest* e que foi revitalizado e ampliado na década de 1990 para servir de complexo popular para a prática de esporte, atualmente muito utilizado para caminhadas.

Por fim, no “coração” da área central da cidade, localiza-se o *Shopping Neumarkt*, principal ponto de encontro e consumo da sociedade blumenauense, bem como o único espaço cultural para acesso a cinemas.

Fica difícil sintetizar cada espaço mencionado sem reconhecer a implicação de um sobre o outro. Numa perspectiva histórica, parece não haver tal implicação, pois todos esses espaços datam fatos e momentos diferentes da cidade. No entanto, na perspectiva juvenil eles ganham

outra dimensão. De certa forma constituem o que Magnani (2007) denominou de *circuitos*²⁵, pois do Biergarten se avista a Prainha e ambos são ligados pelo acesso feito a partir da rua XV de Novembro ou Beira Rio. Essas duas ruas, por sua vez, conduzem também ao *Shopping*, que fica a meio caminho da rua Alberto Stein, da Praça do Estudante e da rua Antonio da Veiga, dos pavilhões da *Oktoberfest* e do Parque Ramiro Ruediger. Não se pode considerar que todos esses espaços formem um corredor, mas é quase possível ter uma cartografia de seus caminhos cercando o grande centro da cidade de Blumenau, sem que estes sejam vizinhos, necessariamente, e nem estabeleçam histórias em comum.

Assim, se faz necessário resgatar a história desses espaços para entender a identificação dos grupos com os mesmos, para então entender suas práticas ou ações nesses locais. Antes disso, apresentamos a seguir um mapa do centro da cidade de Blumenau, que referencia os espaços ocupados e o trajeto empreendido entre eles pelos jovens. A partir dele, será possível ter um panorama concreto do apresentado desde o início do terceiro capítulo e entender a referência a categoria *circuito*.

²⁵ Trata-se de uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou oferta de determinado serviço por meio de estabelecimento, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contigüidade espacial, sendo reconhecido por seus usuários habituais. Ou designa um uso dos espaços e de equipamentos urbanos – possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por meio de encontros.

3.2.1 Cartografia dos circuitos juvenis



MAPA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU / SC.

Rua Antonio da Veiga: Corredores de acesso a espaços relevantes da cidade, centro dos encontros de jovens estudantes. Aqui, se reúnem em subgrupos a galera de preto, que apresenta como principal característica o estilo visual e a criticidade social.

Praça do Estudante: Se constitui a partir da Universidade Regional de Blumenau, é uma rotatória de acesso a vários lugares, inclusive a **Rua Alberto Strine** corredor principal que liga aos pavilhões da Oktoberfest. Aqui, se reúnem para beber, conversar e paquerar longe dos olhares institucionalizante da família e comunidade um grupo composto por jovens de diferentes regiões da cidade, que apresentam em comum a faixa etária.

Parque Ramiro Rudiger: Revitalizado e ampliado na década de 90, é um complexo popular para a prática de esporte. Cenário da diversidade juvenil sem o uso de álcool. Grupos de estudantes, de praticantes de esportes ou hip hop.

Shopping Neumarkt: Principal ponto de encontro e consumo da sociedade blumenauense, o único espaço cultural para acesso a cinemas. Reúne uma diversidade juvenil que se apresenta em pequenos grupos com origens territoriais em comum cuja função ali é o trânsito, a observação, o ser visto, a paquera, principalmente com os(as) desconhecidos(as).

XV de Novembro: Origem do centro histórico atravessa o centro principal e se constitui como principal corredor comercial da cidade. Espaço de passagem de vários grupos cuja particularidade foi a não identidade territorial de ocupação e pela necessidade de transgredir de forma anônima.

Praça do Biergarten: Primeira entrada da cidade, antigo porto fluvial, considerado espaço de cultura e lazer. Subgrupo da turma de preto, se caracterizam pelo estilo diferenciado de vestir e apresentam em comum o gosto pela música.

Praíinha: Revitalizada na década de 80 como área de lazer e prática de esportes agregada a espaço gastronômico e cultural. Espaço plural, com vários grupos e diferentes práticas.



3.2.2 Jovens de preto nos jardins da cerveja

A rua XV de Novembro é a principal rua do centro da cidade. Geograficamente falando, é a rua central, situada entre a Rua Beira Rio e a Sete de Setembro. Além de principal, esta foi também a primeira rua do centro de Blumenau. No início dela se localiza o centro histórico da cidade, por concentrar numa área de aproximadamente 500 (quinhentos metros o Museu da Família Colonial (antiga casa da sobrinha neta do colonizador Otto Herman Blumenau e sua família), o Acervo Histórico e a Biblioteca Pública, o Mausoléu da Família Colonial e a Fundação Cultural que funciona no prédio que foi a primeira prefeitura da cidade. Em frente a tudo isso, está a antiga e principal entrada da cidade, caracterizada pelo porto fluvial da cidade, que tem como marco a Praça Hercílio Luz, conhecida como Biergarten.

Nos tempos da colônia, o espaço do Biergarten era um largo coberto de grama que descia até o porto fluvial. Em 1900, por ocasião das comemorações do cinquentenário da fundação da cidade, foi criada uma sociedade “privada” para manter o espaço, sendo cercado por esta em 1902. Em 1919 em homenagem ao governador do Estado, Hercílio Luz, cuja carreira política está intimamente ligada a Blumenau, a praça ganha o nome de Hercílio Luz e é retomada pela gestão pública.

Em 1954, o prefeito deu novo aspecto à praça, pressionado por polêmica discussão sobre a dilapidação desse espaço. A partir disso, a praça adquiriu aspecto comercial, com inclusão de um pórtico de entrada, um restaurante e um pavilhão de cerveja, sendo transformada mediante recursos públicos em Biergarten, nome que, traduzido do alemão, significa “jardim da cerveja”.

Frente às várias reformulações, a praça se estruturou em cima de um aterro da rua XV de Novembro, escondendo a margem do rio. O lugar foi eleito para encontros pelos “jovens de preto”. Ali, encontramos diversas vezes alguns subgrupos da turma de preto – que justificam o uso da cor preta por curtirem *rock and roll*, sem uma definição ou especificidade de nomenclatura. Em pé, na calçada que faz margem com o rio ou sentados no meio fio, os jovens ficam horas conversando em roda, sossego garantido pela privacidade do local, cujo acesso só é possível por meio de uma ruela que contorna a praça ou atravessando-a. Por ser um lugar rebaixado em relação à rua principal e a própria praça, o espaço garante a permanência do público com certa “privacidade”, sem que se seja visto pelos passantes.

Os jovens desse espaço demonstram um bom conhecimento acerca da cidade e de seus movimentos, tecendo comentários conjunturais - a exemplo da troca de opinião sobre a greve dos motoristas e cobradores de ônibus que culminou na paralisação dos transportes urbanos por três dias. No entanto, suas considerações acerca desse processo vão no sentido de recriminar o movimento de greve, chamando os grevistas de vagabundos por não terem trabalhado por três dias, enquanto que eles - os jovens - por conta disso, tiveram de ir ao trabalho de bicicleta.

O conhecimento desse grupo de jovens acerca da cidade e dos seus acontecimentos não é garantia de criticidade em relação aos processos sociais. Para eles, existe apenas uma necessidade de demonstrar articulação com relação aos acontecimentos gerais, mas o que vale é o que eles vivem e sentem como indivíduos. Uma das provas disso está em se vestirem totalmente de preto e se maquiarem somente nos finais de semana, mas durante a semana mesclarem roupas claras e não se maquiarem. Essa forma de se expressar ao mesmo tempo pode ser uma estratégia de sobrevivência no mercado na medida em que camufla a real identidade deles, ou então é, de fato, uma pactuação direta com a lógica individualista, presente na modernidade. Essas atitudes - individualistas - também corroboram com a separação deles em relação ao grupo maior que foi abordado na Rua Antônio da Veiga, o qual, dentre os grupos foi o que apresentou mais criticidade acerca das relações sociais vivenciadas na cidade.

Esse grupo, vestidos de preto, permanece se reunindo no Biergarten, na borda do rio, indo neste local pela privacidade e por ser considerado interessante e bonito no contexto da cidade. Em comum, todos são naturais de Blumenau, moram com a família e curtem a mesma aparência. *“É nosso estilo. É liberdade, a gente gosta da música, daí a gente segue o estilo da música. É a liberdade. Uma cultura é a tribo, a tribo dos roqueiros* (D., entrevista concedida em março de 2007). Por se considerarem roqueiros articularam a formação de uma banda.

Os membros desse grupo curtem sair de casa, de seus bairros, por conta da “carece que encontram lá” e por fugirem do olhar da família. No entanto, mesmo estando fora deste espaço se referem às normas nele presentes ao afirmarem que, longe, podem fazer tudo, mas dentro de um determinado limite. Essa postura os caracteriza como, já citado anteriormente, conservadores da ordem. Corroborando isso está o fato de criticarem o desrespeito da polícia e de outros grupos mais radicais para com eles mas, no entanto, aprovarem a ação da polícia para com os *rappers* mais radicais, por serem considerados provocadores de brigas por espaços sem que haja necessidade.

Apesar de afirmarem sofrer preconceito por conta do visual, entendemos ser esse preconceito potencialmente mais positivo do que negativo na medida em que garante visibilidade pública de suas diferenças sem necessariamente ter uma ação concreta de enfrentamento. Este fato também dispensa a necessidade de uma maturidade reflexiva crítica sobre outros fatos. Para esses jovens, o *rock and roll* é a mensagem necessária à cidade, o que os leva a reafirmarem esse estilo musical como objetivo principal para existência do grupo e articularem a formação de uma banda de rock o que, conseqüentemente, lhes garante mais espaços para expressão do rock. Neste sentido, a juventude para eles é o agora, o presente concretizado numa mensagem visual e verbalmente cantada, fundamentada em aspectos da moratória vital e perpassados por elementos culturais de não-ruptura com o *status* adulto.

Juventude é;

Liberdade e não dar bola para o preconceito, a gente é nós e se foda os outros.

É ,a gente só quer viver o presente, não quer saber do futuro, não digo do profissional, mas da diversão, o que vai acontecer amanhã; se a gente faz uma merda hoje e não quer saber o que acontece amanhã.

È curtir a vida enquanto se pode, pois depois ser adulta e ter responsabilidade... Não é que agora não tenha né, mas agora tu tem mais uma liberdade para se divertir, depois com o tempo vai mudar (M., E., D., em entrevista concedida em março de 2007).

Mesmo declarando viver o agora, em todos os momentos os jovens deste grupo manifestaram a necessidade de assumir os compromissos da geração adulta quando dizem: ou vivemos o agora, ou perdemos esse tempo de poder tudo, o tempo da juventude.

3.2.3 Prainha, espaço da diversidade juvenil

Blumenau foi construída às margens do rio Itajaí-açú, literalmente em frente à praça do Biergarten, porém, na outra margem do rio está a Prainha. Oficialmente chamada de Praça Jucelino Kubitschek, localiza-se no bairro Ponta Aguda. Não há registros que fundamentem seu nome popular “prainha”, porém, parece um tanto óbvio, pois está situado nas margens do rio e seu formato lembra uma pequena praia.

A criação dessa praça, em 1985, após as grandes enchentes de 1983 e 1984, recebeu, além de duas quadras de futebol, uma de vôlei, um parque infantil e vários bancos, inclusive um chafariz luminoso e, logo em seguida, no mesmo ano, uma concha acústica²⁶. O espaço da Prainha constitui uma área verde de um lado, onde estão os equipamentos de esporte e lazer, e do outro - no mesmo espaço, à margem do rio, porém do outro lado da ruela - uma réplica do barco utilizado pelo colonizador Otto Herman Blumenau. Acima, num elevado da praça que alcança a rua, localiza-se o restaurante Moinho do Vale, atualmente desativado devido a um processo judicial de re-apropriação por parte do poder público. Portanto, além de ser um lugar para a prática de esportes e de lazer, é também um lugar turístico que se destina a apresentar os “fundamentos” da cidade e sua comida típica. Para o poder público, historicamente, este espaço é contraditório: “acolhe o turismo, de um lado, e jovens namorando, bebendo e consumindo maconha, do outro”. Isso explicaria o fato de a Prainha nunca ter se constituído como parque para o restante da sociedade blumenauense.

Mesmo tendo passado por uma restauração em 2000, a Prainha encontra-se atualmente um tanto depreciada esteticamente. No entanto, em dias de sexta-feira e principalmente aos sábados, o local chega a agregar mais de 150 jovens. Juntos no mesmo espaço, porém em grupos separados, estes jovens se dedicam a práticas diferenciadas.

Apesar de o local ser apontados pelos demais grupos como palco predominante dos *Rappers*, constatamos ser a Prainha palco de muitos outros grupos juvenis blumenauenses. Encontramos nele vários grupos, uns para fazer manobras com suas bicicletas, outros com *skates*, uns só para ouvir som, fumar e paquerar, outros para ver a galera e sair de casa.

²⁶ Financiada pela Empresa Têxtil Artex.

No mesmo período de observação, interagimos com os quatro grupos de destaque nesse espaço. O primeiro grupo estava constituído por jovens universitários que, ouvindo música vinda do carro de um deles, bebiam *whisky* com energético e conversavam.

Todos do grupo são naturais de Blumenau e moram com as famílias, residentes na mesma cidade e afirmaram não ter muitas opções de lazer na cidade ou espaços com a devida tranquilidade, manifestaram gostar da cidade e de sua tradição ao mesmo tempo em que procuram lugar discreto e tranquilo. Falando da cidade afirmaram:

Eu acho massa pela cultura, mas eu não me enxergo como alemão assim não, eu não me enxergo como alemão, apesar de ter sangue. A venda que eles fazem da cidade é a mais certa, sistema europeu e tal, mas eu não me vejo encaixado nesse contexto (R., entrevista concedida em março 2007).

Olhavam a cidade na sua perspectiva mercadológica apenas, apesar de reclamarem a falta de espaços, não conectando a implicação de um sobre o outro e em seus cotidianos. Por isso, concluíram afirmando que pactuavam e gostavam dessa aparência, desde que ela não os privasse de fazer o que desejam. Segundo eles, a cidade “*não interfere na nossa vida, na nossa juventude. Tudo bem assim, desde que deixem a gente fazer nossas coisas*” (M., entrevista concedida em março 2007).

Conceberam a fase da juventude como um *aproveitar o tempo*, ainda que reclamassem das responsabilidades. Não que as responsabilidades fossem impostas, mas, segundo eles, estão presentes como uma “*campanha*”. Mesmo assim, contavam com a possibilidade da experimentação e com o direito de errar, considerados privilégios dessa fase etária de vida.

Segundo destaques de entrevistados, a juventude é:

poder aproveitar o tempo quando o cara é novo, apesar que hoje a gente já tem muita responsabilidade;

...as brincadeiras;

mais oportunidade e momentos de poder errar, arriscar sem ter que prestar contas. É o momento de experimentar (Entrevistas concedidas em março de 2007).

Mesmo nas reflexões, traziam à tona o fato de a juventude estar sem referenciais. Para eles, os adultos perderam os rumos e bancam o resgate da tradição para tentar segurar as gerações

mais novas. No entanto, como segue, “*a mídia mudou muito a cabeça dos pais, o tradicionalismo não conseguem segurar isso*” (R., entrevista concedida em março de 2007).

A afirmação acima faz sentido se recorrermos à discussão psicanalítica de Kehl (2004) quem aponta para o fato de a sociedade consumista de modelo *teen* ter a “vaga de adulto” desocupada. Para ela, quando os adultos se espelham em ideais *teens* – no vestir, na geração academia, nas baladas – os adolescentes, que se encontram numa fase de transição importante principalmente psicológica, ficam sem parâmetros para pensar o futuro. A mesma autora cita como exemplos dessa falta de parâmetros algumas manifestações exacerbadas da juventude, tais como ouvir som muito alto, a delinquência juvenil em alguns casos e - poderíamos acrescentar, - talvez, as rebeldias sem causa.

O grupo em questão trazia um olhar diferenciado acerca da relação com o espaço público. Eram um tanto contraditórios. Ao mesmo tempo em que reclamavam por ordem, afirmavam a necessidade de haver mais espaços sem o controle estatal. Segundo eles, colocar alguém de referência comunitária para cuidar dos espaços públicos seria o ideal, pois “*a galera seria mais livre e respeitaria bem mais*” (A., entrevista concedida em abril de 2007).

Os jovens do segundo grupo compreendiam a faixa etária entre 16 a 25 anos e constituíam ambos os gêneros, apresentando um visual de roupa moderno e atualizado para com a moda. Reuniam-se em torno do meio-fio e calçada da pequena ruela que dá acesso a praça. Ao som *tecno eletrônico* do carro estacionado – propriedade de um deles – uns enrolavam um baseado na tranquilidade, enquanto outros conversavam sentados e aguardavam a chegada da bebida (trazida por um deles de algum supermercado ou conveniência próxima). Mencionaram a cortiça longe de casa, da família como o principal objetivo para estarem ali: “*minha mãe não pode imaginar o que fazemos aqui*” (F, entrevista concedida em novembro de 2006).

Este grupo não verbalizou alguma representação acerca da cidade e dos espaços públicos. Todos/as trabalhavam durante a semana, deixaram claro que queriam curtir o seu momento longe de casa, sendo esse espaço a concretização como local de encontro. Além de ser reservado, o lugar possibilitava uma interação visual com outros grupos. Ainda nesse contexto, acenaram cordialmente para o carro da PM que fazia a ronda, como se estivessem a dizer: “estamos na paz, está tudo bem aqui” e, de fato, eram subentendidos dessa forma, uma vez que a PM respondia ao cumprimento acenando com a mão. Essa cena confirma que se apresentar com um determinado

visual - roupas -, neste caso, padrão de consumo aceito pela sociedade, faz a diferença na hora do tratamento social, principalmente pelas instituições.

Este grupo, diferentemente de todos, principalmente dos *grupos de preto* e *rappers*, estava fumando maconha sem discriminação alguma, o que deveria servir de chamariz da polícia, mas não foi o caso.

O terceiro grupo presente no espaço da Prainha, na faixa dos 23 a 30 anos de idade, se reunia em torno de um banco de frente para o rio. Alguns em pé, outros sentados e se identificaram como parte da vanguarda do *rapper* blumenauense. Na ocasião das entrevistas não consumiam nada, apenas conversavam num ar de flerte e interação.

Caracterizados com roupas largas estilo *hip-hop*, assumiam essa prática como algo maduro e cultural, fazendo a crítica aos mais novos por terem como alvo enfrentar outros grupos, mas sem praticar a cultura do *hip-hop*. Para eles, o *hip-hop* implica em maturidade, inclusive para respeitar outros “manos”. Estava presente em seus relatos ser esse o motivo da fragmentação do grupo, justificando-se assim o fato de termos encontrado *rappers* de diferentes faixas etárias em vários locais da cidade e sempre em pequenos grupos.

Esse grupo teve a particularidade ser constituído por ambos os gêneros. Além disso, todos/as moravam em bairros diferentes, não moravam todos/as com os pais e não eram todos naturais de Blumenau. Tais elementos, principalmente os dois últimos, os diferenciavam dos demais grupos. Escolheram Blumenau pela representação adquirida acerca da cidade no que se refere à beleza e empregabilidade. Não estruturaram uma crítica com relação à cidade e seus espaços, mas demonstraram a necessidade e a tranquilidade no deslocamento de um espaço para outro, cujo principal objetivo era curtir o belo e as pessoas.

Nos fundos da Prainha, na pista de *skate* e concha acústica, abordamos o quarto grupo, constituído por jovens de até 18 anos, sendo o grupo mais novo em faixa etária. Uns com *skate* na mão, outros com bicicletas *bmx*²⁷ estavam fazendo manobras em conjunto. Com estilo de roupa diferenciado, calças e camisetas largas, bonés virados ou enterrados na cabeça, eram tímidos de expressão verbal, no entanto com uma boa *performance* corporal e de manobras na pista.

Foi um desafio interagir com esse grupo. Ao contrário dos demais, as energias eram canalizadas para as manobras que, de certa forma, representavam a linguagem deles. Não faziam

²⁷ Modelo de bicicletas pequenas e mais resistentes a manobras radicais.

questão de verbalizar muito. As falas eram feitas nos intervalos entre uma manobra e outra, mostrando vitalidade, eficiência e até certa concorrência entre eles próprios no sentido de mostrar a melhor manobra. Em meio a esse vai e vem ao topo da pista, insistimos para registrar sua fala sobre a sua constituição como grupo. Após montar os fragmentados relatos, conseguimos apreender que, apesar da tenra idade, todos no grupo trabalhavam, moravam com familiares e a que maioria era natural de Blumenau. Curtiam andar na estrada pelos obstáculos que encontravam, apesar de considerarem tal ato perigoso e terem que aturar muitos reclames, elementos que de certa forma só acentuavam essas práticas como o seu desafio simbólico. Com isso, reivindicavam olhares e, por sua vez, incentivos para a prática desse esporte na cidade.

Relataram que a melhor pista para a prática dessa atividade, que tinha no parque Ramiro Rudiguer, foi desmontada. Entretanto, afirmaram que a germanidade atribuída à cidade em nada tinha a ver com o descaso para com essa categoria de esporte pois, Pomerode, uma cidade próxima com as mesmas características de origem étnicas, tem a melhor pista do Estado. A prática desse esporte era o mecanismo socializador desse grupo. Os investimentos econômicos em bicicletas e *skates* são exorbitantes para jovens trabalhadores, o que, por outro lado, referencia certa moratória social a na medida em que são subsidiados pelos pais no que se refere à alimentação e moradia.

3.2.4 O Circuito na Rua XV de Novembro

A Rua XV de Novembro é a rua central da cidade de Blumenau, com extensão de 1.500 metros, aproximadamente. Além de ser o principal corredor logístico da cidade, também constitui espaço urbano de referência turística, dispondo do Castelinho Moellman – antiga loja de armarinhos que se tornou referência por suas características em estilo *enchaimel* – e de uma pequena praça com alguns bancos e um chafariz que faz divisa com o bar Tunga. Essa pequena praça durante a semana é um corredor urbano e aos sábados, pela manhã, recebe bandinhas típicas alemãs. O bar e a praça, em épocas de *Oktoberfest*, transformam-se em palco de “esquentar” para o público que irá aos pavilhões da festa. Em síntese, esse espaço é a principal referência turística que caracteriza a cidade.

Como a época não era a da festa, tudo estava em seu perfeito lugar. Nesse contexto, casais passeavam de mãos dadas e o famoso bar de esquentar para *Oktoberfest* tocava MPB para pouco público. Fazendo parte desse cenário se encontrava um grupo de jovens em burburinho. Durante o nosso trabalho de campo, aproximadamente 30 jovens tinham em comum, mochilas nas costas e aparentavam a mesma faixa etária, entre 15 e 20 anos. Estavam em pequenos grupos, porém articulados na mesma conversa e ação.

O grupo tinha como particularidade a não-identidade com o local. Não estabeleciam um espaço de encontros periódicos como os demais grupos. Anônimos, transitavam no centro sem parada exata, sempre em grande falatório e parando apenas para consumir bebida alcoólica ou informar acerca de uma ação-enfrentamento que tinham feito contra outros sujeitos jovens. Agregados no espaço público, o que os unia era a condição de estudantes e a ação de gazejar aula para se dirigirem ao centro da cidade. Não estudavam na mesma escola nem mesmo no mesmo bairro. Conheceram-se no terminal de ônibus urbano e se identificaram estudantes, por causa das mochilas nas costas, rumando em seguida para o shopping.

Movimentaram-se do *shopping* da Rua Sete de Setembro para a Rua XV de Novembro, onde pararam momentaneamente em frente à Moellmann; dali, atravessaram a rua e se concentraram ao redor de um banco na calçada da Rua Beira Rio, depois correm todos até a praça do Teatro Carlos Gomes – novamente Rua XV de Novembro. Nessa agitação, algumas meninas tiraram brincos e pulseiras para se protegerem de qualquer briga ou para brigarem também. Era visível a liderança por parte de alguns, enquanto os demais apenas faziam parte, sem nem mesmo

saber ao certo por que corriam. Ao fim de cada agito e correria, alguns meninos procuraram as meninas para que guardassem em suas bolsas alguns objetos, como correntes de metal. A cada anúncio novo de uma possibilidade de “inimigo”, o corre-corre recomeçava. Todos corriam para lugares diferentes, se reencontrando logo que a área estivesse limpa.

Segundo R., beber, brigar e correr se tornou emoção, mas fazer isso nos bairros é “*muito cabuloso*” (R., entrevista concedida em março de 2007). Ou seja, serem reconhecidos nos bairros onde moram é um problema, pois não podem fazer tudo que desejam. No entanto, tornava-se uma necessidade, fora de seus bairros, mostrar que pertenciam a eles. Portadores do “estilo favela” caracterizado, segundo eles, pelo jeito de vestir, falar e agir, se diferenciavam no centro. O anonimato requerido dizia respeito à uma regulação social, porquanto necessitavam dar estilo às suas ações em outro espaço.

O vínculo entre eles era o vigor etário e a sociabilidade deles implicava em transgredir o espaço “desconhecido”. O motivo que originava os encontros era sempre diferente, mas as ações eram semelhantes: provocar, correr e beber.

3.2.5 Passarela Antônio da Veiga e o Palco dos Estudantes

A Rua Antônio da Veiga localiza-se no bairro Itoupava Seca, considerado região central da cidade. Com cara de avenida, tem duas pistas largas de duplo sentido e um canteiro central. Apresenta estabelecimentos de serviços diversos, prédios residenciais e tem uma boa concentração de bares noturnos, voltados para o público universitário. Inicia-se na Universidade e tem seu término na Praça do Estudante, apesar de não ter nem 1 (um) quilômetro de extensão é considerada a principal rua do bairro.

Na Rua Antônio da Veiga se reúne em subgrupos a “galera de preto”. Os jovens desse grupo apresentam como principal característica um certo nomadismo urbano, segundo seus próprios relatos. A cada mês mudam de espaço por diversos motivos e “elegem” os espaços aleatoriamente, sem demonstrarem uma identidade com os mesmos e, em geral, o fazem após serem expulsos de outros espaços urbanos.

Antes de chegarem à Rua Antônio da Veiga, estes jovens se encontravam anteriormente atrás da Praça do Biergarten, aproximadamente uns 10 (dez) quilômetros dali. Saíram do Biergarten por conta de uma “galera” de *rappers* que, com o objetivo de mandar naquele trecho, tinham feito enfrentamentos físicos - brigas - por várias vezes. Em um desses acontecimentos a polícia interveio, e eles, para terem mais tranquilidade, “resolveram” sair. Como o grupo era grande e já tinha tornado hábito se encontrar, decidiram manter os encontros. Passaram a se encontrar na Praça do Estudante e, logo em seguida, no bar do Ortega, na Rua Antônio da Veiga. O bar em questão apresenta um número de mesas espalhadas sobre a calçada, facilitando a permanência do grupo e dando ao espaço um ar de “espaço público-privado”. Nesse espaço, os integrantes do grupo faziam frente aos demais bares frequentados por universitários, inclusive agregando entre si jovens universitários simpatizantes do mesmo estilo.

Esse grupo estava constituído por jovens de gêneros diferenciados, inclusive foi o único grupo que apresentou integrantes homossexuais assumidos – integrante do *subgrupo EMO*. A média etária estava entre 16 e 24 anos, com algumas exceções acima dessa faixa. A maioria morava com os pais e uma média de 60% era natural de Blumenau. Alegavam ter em comum a roupa que vestiam e o gosto pelo *rock and roll*, incluindo o fato de serem da mesma geração. Dentre eles havia os que só trabalhavam, os que só estudavam e os que faziam ambas as coisas,

incluindo curso de graduação. Esse contexto era o principal motivo para seus encontros se centrarem nas sextas e sábados apenas.

Esse grupo - segundo informações que forneceram -, se encontrou primeiramente em *chats* na internet, depois num posto de gasolina – lugar público e neutro – para se conhecerem. Como o encontro foi positivo e tranquilo, continuaram a se encontrar cada vez mais e o grupo aumentou. Passando da internet para o posto, do posto para a Praça do Biergarten, desta para a Praça do Estudante, onde conseguiram se manter por um mês, até ganharem ultimato verbal da PM para se retirarem - porém não mais por brigas com outros grupos, mas pelo impacto da visibilidade. O impacto que eles causavam com o próprio visual foi potencializado pela visibilidade do espaço. Por conta disso, estavam há mais de um mês nas calçadas da Rua Antônio da Veiga e acreditamos que continuavam ali por conta do espaço ser voltado aos universitários (que representam a mesma faixa etária que eles). Apesar do visual diferenciado, este fator geracional os confundia com os demais jovens, dando ares de “normalidade” ao espaço e a seus fins. Neste grupo não foi possível apreender uma identidade definida, pois alguns se denominavam *EMOs*, outros *heavy metal* – a grande maioria –, mas também havia entre eles *Skatistas* e *rappers* unidos ao grupo mais pela amizade e pelo local de moradia do que pelo estilo, pois não se constituíam subgrupos a partir dessas definições.

Esse foi o grupo mais crítico e maduro com relação às estruturas sociais. Apresentaram, inclusive, algumas ações objetivas como colocar cartazes anônimos nas ruas para contestar as práticas de alguns jovens por eles denominados como *Skinheads* e chamando a atenção para problemas sociais. Os cartazes diziam:

*NÃO ao racismo, NÃO à homofobia, NÃO ao Preconceito. À toda e qualquer forma de fascismo!!
Lute por um mundo sem preconceito e desigualdade social!!*

Uma imagem da suástica com uma faixa atravessando-a no sentido de proibido completava os cartazes. Outros cartazes faziam alusão a temas mais conjunturais (como a globalização e contra a ALCA) ou chamavam a atenção para temas ambientais, com dizeres do tipo “Preserve o planeta onde você vive, diga não às grandes indústrias. Diga não ao desmatamento, você pode fazer sua parte. Não jogue lixo nas ruas!”, etc. Essa não era a prática do grupo todo, era possível perceber subgrupos - inclusive outras gerações - transitando entre eles e potencializando alguns acerca de temas como os citados acima.

A rua, a calçada constituíam o espaço para diversas práticas, mas a principal era o encontro. As ações mais objetivas eram realizadas em outro momento, inclusive havia neste coletivo aqueles que nem sequer sabiam dessas bandeiras. Portanto, ali era o lugar e o momento de pequenas articulações entre alguns subgrupos e de encontros com o coletivo geral.

Para eles,

a rua é o lugar que a galera se reúne, o espaço de ninguém. O estilo visual é resultado do que curtem, não dá para curtir rock e usar rosa (M., depoimento de dezembro de 2006).

Complementam afirmando que *EMO*:

é uma tribo, mas o pessoal diz que é moda.

Ainda outro diz:

Ah, acho que é uma coisa anti-sociedade, a gente, não se..., lá pelo menos é o que eu sigo, o preto não é obrigatório. Você estar aqui no meio não significa ter que usar preto, é o que está aqui dentro (mostra o peito), pode chegar aqui de terno e gravata, se tu vai está aqui no meio da galera e vai pensar como a gente, qualquer um é aceito (M. e S., depoimento de dezembro de 2006).

Apesar de mencionarem a não obrigatoriedade do vestir preto, é com este referencial, bem mais do que o “pensar como a gente”, que, para eles, a sociedade blumenauense é preconceituosa. Preconceituosa com o aparente e concreto. Por isso, defendiam seus estilos e afirmavam ser a sociedade blumenauense preconceituosa com o diferente.

No entanto, esse preconceito não era um elemento cerceador ou de exclusão total desses jovens. Com raras exceções, quase todos integrantes do grupo declararam estarem inseridos no mercado de trabalho e não terem maiores problemas pelo estilo que portavam. O que apareceu foi o diferencial de acesso, presente na divisão de classes enfrentada pelos demais cidadãos.

Dois disseram:

Eu trabalho há oito anos como modelista, desde os 13, foi um trabalho que meu pai arrumou pra mim. Naquela época eu era normal, no caso, no trabalho não influenciou, eu fui mudando aos poucos e eles acostumaram (W., depoimento de dezembro de 2006).

E eu trabalho com pessoa alemão que veio da Alemanha. Os caras são germânicos mesmo e não têm preconceito (E., depoimento de dezembro de 2006).

Outro afirmou:

Pá, eu trabalhei em três empregos, nunca falaram o lance do meu cabelo (T., depoimento de dezembro de 2006).

Uma menina comentou:

É, mas acho que isso tem haver com o lance de você ter que estar na faculdade. Mas muita gente que não tem preparação, você pode perguntar aqui no meio que quem trabalha, trabalha em fábrica de peão e pra conseguir como Ba, o Cleber, tiveram que cortar o cabelo (M., depoimento de novembro de 2006).

Essa aparência, portanto, é menos perigosa para a sociedade blumenauense do que o “pensar diferente” ao que está posto. Estes elementos nos levam a refletir que os jovens não localizam a demanda correta que porta o preconceito, concentram-se até certo ponto na representação acerca das roupas que usam, mas só se tornam temidos quando estão em grande quantidade reunidos na rua. O impacto da coletividade passa a sensação de pensamento coletivo em comum, ideologia em comum, ação em comum. Já no cotidiano, onde são reconhecidos individualmente, o impacto é abreviado pela não-existência do coletivo, o que os permite seguir os rumos de pessoas “normais”, ou seja, ser cidadãos, filhos, estudantes e mão-de-obra comum em empresas, comércios e outros espaços de trabalho. Dessa forma, a não-tomada de consciência por parte dos jovens quanto à sua representatividade coletiva os leva ao sentimento passivo de preconceito, onde aparecem reclamações constantes, mas pouca ação concreta de enfrentamento. Tudo fica no campo das representações, que não deixa de ser um enfrentamento, porém, simbólico.

No mesmo contexto, cerca de 50 (cinquenta) metros à frente, na Praça do Estudante, encontramos outro grupo. A Praça do Estudante tem esse nome em homenagem aos estudantes que são a maior população em suas margens. É o centro do encontro de quatro grandes ruas. Quem a ocupa é visualizado claramente de vários ângulos. Há menos de um ano, ela foi re-iluminada com vários holofotes e recebeu uma das câmeras de segurança espalhadas pela cidade, controladas pela polícia militar. É um espaço privilegiado para lazer, pois tem um parque infantil, muito gramado e bancos.

O grupo lá encontrado estava composto por jovens que estudam e trabalham e se reúnem também apenas às sextas e aos sábados. Situavam-se na faixa etária entre 18 até 28 anos. A maioria era de rapazes. O grupo era eclético quanto ao visual e se encaixava no estilo “padrão de consumo”, com exceção de alguns *rappers* que se diferenciavam por usar bonés e calças largas. O estilo visual não era a identidade principal do grupo, mas os laços de amizade e companheirismo.

Apresentavam em comum o gosto pelo *Skate* (apesar de não estarem em posse de nenhum naquele momento). Eram todos de bairros diferentes e consideravam a praça um lugar centralizado para se encontrarem. Começaram o encontro na Rua Alberto Stein, após formarem um coletivo mínimo. Adquiriram bebidas nos hipermercados próximos e, em seguida, rumaram para a praça e fizeram dela seu palco principal de sociabilidade.

Para este grupo, assim como para os demais, sair do bairro era sinônimo de anonimato e possibilidade de formas diferenciadas de socialização: “*lá (no bairro) todos nos conhecem. O cara fica marcado*” (S., depoimento de dezembro de 2006). A integração dentro do grupo não se concretizava com os sujeitos do mesmo bairro, sendo a diferença territorial de cada um elemento importante e a necessidade de estarem em território “estranho” a todos parecia ser maior. Além disso, eles reconheciam, juntamente com a sociedade, ser este um espaço público, o que lhes dava o direito de ali estarem.

Este grupo foi um dos poucos que comentou acerca das câmeras de vigilância, fazendo-o num tom de aprovação “*é até melhor que esteja ali, assim os caras vêem o que nós estamos fazendo*” (I., entrevista concedida em dezembro de 2006). Segundo eles, usavam e cuidavam do espaço público: “*... a gente não deixa lixo nada, por aí. Sempre juntamos.*” (I, entrevista concedida em dezembro de 2006). Contudo, o faziam, não por maturidade ou por consideração com a coisa pública, mas para garantir a própria permanência ali, condição imposta pela polícia.

Este grupo deu ênfase aos valores comerciais cobrados pelos serviços em bares daquela região, de modo que pelo menos ali, na praça, eles gastavam apenas com o custo da bebida e conseguiam ver tudo e todos.

3.2.6 O Parque, uma apropriação devida

O Parque Ramiro Ruedger, ou Parque da PROEB - como é mais conhecido -, é um espaço que existe há mais de 20 (vinte) anos. Não conseguimos registros históricos sobre a sua criação no acervo histórico do Município. Localiza-se no bairro Velha, a uns 9 (nove) quilômetros do centro. É uma área reservada atrás do Parque Vila Germânica²⁸. Há uns 5 (cinco) anos, ele foi totalmente reformulado pelo poder público, ganhando características de parque. Suas pistas foram ampliadas e passeios, calçadas e árvores foram implantadas entre elas. Foram construídas duas quadras de futebol de areia e duas de vôlei, duas quadras de tênis, um parque infantil transformando o local em um espaço de esporte, lazer e convivência da sociedade blumenauense, em especial de seus jovens.

Por um determinado tempo, e por insistência juvenil junto ao poder público por intermédio da Assessoria para Assuntos da Juventude, houve a criação e manutenção de uma pista de barro para bicicletas, no entanto, ela se concentrava ao lado do parque infantil e foi desmontada por isso.

Nesse cenário, muitos jovens se encontram principalmente, após o grande movimento nas pistas de caminha, no início da noite. Encontramos ali um grupo diverso, na idade entre 14 e 18 anos, cujos sujeitos estudavam juntos. Gostavam do espaço por o considerarem popular, todos sabiam onde ficava. Em seu entendimento, deveria existir mais lugares assim: *“hoje por exemplo, a gente se encontrou sem combinar. Mas a gente se encontra sempre aqui”* (H., entrevista concedida em abril de 2007).

Seus estilos eram variados (dentre eles, dois *rappers* e um *skatista*), mas a maioria obedecia o padrão normal de consumo. Além de morarem com os pais, todos eram naturais de Blumenau e, por conta disso, faziam uma defesa contraditória acerca da tradição germânica da cidade. Gostavam do estilo e da imagem de Blumenau, mas, na opinião deles, viver isso é coisa da geração adulta - ainda que eles próprios participassem das festas típicas e alguns dançassem em grupo folclórico (achando isso o máximo). A representação acerca da germanidade era traduzida por eles como mais uma festa e mais uma atividade. Transitavam “tranquilamente” entre essas questões e os estilos contemporâneos apresentados para as juventudes, mas isso no que diz respeito às suas vivências cotidianas. Contudo, não conseguiam ampliar uma crítica

²⁸Antiga PROEB, espaço onde acontece a *Oktoberfest*.

acerca da gestão da cidade e outros elementos constitutivos desta. Talvez por conta disso, se assumiam como comprometidos com as expectativas adultas dos pais e da sociedade na medida em que perspectivavam um futuro de bons estudos e sucesso profissional e família.

O espaço desse parque era o lugar para as atividades informais, nada que extrapolasse o que acontece no colégio ou em outros espaços, apenas efetivando-se os encontros com mais tranqüilidade e sem olhares supervisionadores. Não articulavam nada no sentido de beber ou festar. A sociabilidade consistia na troca de experiências cotidianas e comuns a cada um deles, por isso eram discretos e se misturavam com os demais usuários do local.

Ainda neste espaço, encontramos um pequeno grupo da velha guarda do *hip-hop* blumenauense. Um dos jovens desse grupo é considerado referência do *hip-hop* e da inserção deste na cidade. Esse grupo usava o espaço público para dançar sua “música” e o faziam num formato de crítica aos gestores da cidade por não os respeitarem como geração. O grupo apresentava um histórico de batalhas junto à Assessoria para Assuntos da Juventude para a estruturação de projetos que difundissem o *hip-hop* em Blumenau. No entanto, demonstraram cansaço diante das articulações necessárias para o enfrentamento dos diversos interesses e reclamaram que os gestores estão fechados para idéias vindas de pessoas de fora de Blumenau:

os caras não ouvem a idéia do cara, cara de fora não tem vez. Tinha que ter uma cara daqui, daqui mesmo (de Blumenau) que fique no meio da galera e tudo, para saber assim 'ah, vamos fazer aqui, vamos'. Tem um monte de colega meu que levaram vários projetos na assessoria, os caras não aceitaram nenhum projeto, projeto bom mesmo (F., entrevista concedida em janeiro de 2007).

Por isso, o espaço público se tornou o palco de suas críticas. Além do parque, faziam questão de dançar na Praça do Castelinho da Moellman e/ou na praça da prefeitura, para mostrar que em Blumenau não há só alemães. Como todos trabalhavam formalmente, o *hip-hop* era prática noturna ou de final de semana.

Assumiam o *hip-hop* na sua radicalidade, como potencializador da juventude. Ou seja, o assumiam por acharem que apresentava uma proposta diferente. Sentiam-se “radicalizando” mediante o uso de elementos ligados ao *hip-hop* e, com isso, que podiam estar influenciando novos jovens a assumi-lo como projeto de vida. Por pensarem assim, assumiram o compromisso de voluntariamente disseminarem os elementos e a prática do *hip-hop* frente aos demais jovens nas comunidades de Blumenau

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A juventude, segundo Mannheim (1978), pertence aos recursos latentes de que toda sociedade dispõe e cuja mobilização depende de sua vitalidade. Isso não quer dizer que a juventude seja progressista por índole, mas que esta é uma potencialidade que pode ou não ser canalizada. E que as qualidades da juventude além do seu espírito de aventura consiste também no fato dela não se encontrar ainda completamente envolvida no *status quo* da ordem social. Então, suas ações nem sempre são de contestação, ou vândalas e sim podem ser de reconhecimento e apropriação dos espaços sem restrições de legalidade ou de valores sociais, foi o que tentamos mostrar em nosso trabalho.

Portanto, o que podemos perceber, após problematização temática do conceito de espaço público é que este sofreu alterações ao longo dos debates históricos. Que na conjuntura contemporânea pensar espaço público é compreendê-lo com uma órbita porosa e ubíqua que perpassa todos os níveis da sociedade e incorpora o conjunto dos discursos, visões de mundo e interpretações, possibilitando a existência de uma variedade de fóruns e arenas comunicativas. Uma arena viva e dinâmica, na qual, permanente processo de construção, desconstrução e reconstrução discursiva e simbólica acontecem, levando a constituição de uma arena por excelência de encontros da vida pública, para exercício das dimensões sociais, comuns e política.

Nosso foco, os espaços públicos urbanos, levou-nos a discorrer acerca de alguns elementos comuns que se apresentaram historicamente no desenvolvimento das cidades, este, no sentido de resgatar a humanidade necessária às relações desse processo. Em nosso texto, tornou-se impossível falar dos espaços públicos sem referenciar a importância dos sujeitos para este e, deste para os sujeitos. Enfatizamos portanto, a necessidade de interação dos sujeitos com os espaços da cidade no sentido de dar resignificação a ambos. Reconhecemos teoricamente que este processo acontece de forma tímida, especialmente em virtude das perspectivas capitalistas que estão definindo a condições e exercício do lazer na vida urbana. A rua, não está mais como alternativa principal de sociabilidade. O andar pelas ruas não é mais efetuar de tudo um ato cultural, não arbitrário que inscreve o habitante em uma rede de sinais sociais que lhe são preexistentes, garantindo uma memória através da prática através de um saber muitas vezes não sabido, como referenciou Certau (1994).

Como se não bastasse o movimento societário rumar neste sentido, os gestores públicos, na sua maioria corroboram para esta visão a medida que criam e gestam iniciativas coercitivas de prática humanizadoras e de inter-relação com os espaços.

Blumenau não foge a regra das transformações urbanas, apesar de insistir numa representação diferenciada no que se refere ao seu desenvolvimento, sofreu alterações tal qual outra cidade. Apresenta hoje, uma pluralidade de sujeitos e hábitos, no entanto, insiste em falsear uma história real em detrimento de outra ilustrativa que é a da germanidade apoiada na idéia de mito fundador. Dessa lógica, originaram muitos mitos em torno da cidade, um deles consiste na não apropriação dos seus espaços públicos, em especial pelos diferentes ou para práticas que não o consumo ou “lazer” pré definido.

Mesmo assim, aparecem nesse cenário, diversas práticas que fogem a essa regra, que “questionam” os mitos a cerca da cidade. Dentre elas, estão práticas de apropriação dos espaços públicos pelos jovens, as quais contêm vigor etário e querem ora contestar a isso tudo, ora serem “acolhidos ” ou “reconhecidos” como exercício cidadão e muitas vezes com um trânsito de geração. Essa relação de jovens com espaço público, não é algo novo, perpassou e perpassa gerações ao longo da história. Portanto, não estamos problematizando algo inédito e nem a cidade esta lidando com uma novidade a parte de seu contexto. Os jovens fizeram e fazem parte dos processos de desenvolvimento urbano, contribuíram historicamente para o reconhecimento deste, também, como esfera de sociabilidade.

Mas, o que observamos em Blumenau é uma resistência simbólica por parte da sociedade adulta em reconhecer essas manifestações juvenis como algo potencial para cidade, para sociedade e para os próprios jovens. Em alguns momentos, ouvimos o contrário por parte dos técnicos dos programas governamentais, mas a efetivação de programas numa perspectiva mais acolhedora e crítica se resumiu a posturas individuais desses técnicos e não dos gestores responsáveis pela efetivação de projetos – estamos nos referindo aos atuais- tanto que programas com essas perspectivas e direcionado a esse público foram na sua maioria desativados.

Por conta desse cenário, verificamos que há uma desordem ao que está posto pela cidade, menos no sentido da transgressão ou do enfrentamento político e mais no sentido do esteticamente diferente por parte dos jovens. Presencia-se em alguns aspectos, o que Mannheim (1978) afirmou ao dizer que as sociedades tradicionais, estáticas ou lentamente mutáveis operam

sem a mobilização dos recursos juvenis, ou pelo menos tentam. Dessa forma, os jovens são “impulsionados” a exercitar os contatos originais, pois são eles que possibilitam a cada jovem entrar de maneira diferente em contato com a herança acumulada e resignificá-la se caso for necessário. Portanto, para uma sociedade e para os jovens são acontecimentos importantes, marcam a biográfica de cada sujeito, principalmente os que estão começando uma nova fase geracional

Então, se há a identificação de uma “desordem” é possível pensar que mesmo a cidade de Blumenau afirmando uma representação germânica, um resgate tradicional que a faz parecer mais estática, uma determinação de como deve acontecer o seu contato original, estes acontecem mesmo que superficialmente e, possibilitou ao longo do desenvolvimento histórico resignificar a cidade, talvez não em sua gênese, mas dando outra aparência estética aos espaços e provocando a criação de instrumentos que os atendam, como é o caso da pista de skate e a permanência nas praças e espaços reconhecidos neste trabalho.

Portanto, é inegável que a Blumenau atual já esta diferenciada da Blumenau de 10 anos atrás, isso se deve claro ao desenvolvimento urbano, mas não só, se considerarmos as interações e significação dos sujeitos nos espaços. Neste sentido, cabe afirmar que Blumenau tolera os jovens nos espaços públicos para não reconhecer essas novas identidades de forma radical e, suas representações acerca da cidade. Mas, por não poder deter uma sociabilidade decorrente da forma como são assimiladas as formas pré estabelecidas, que implica obrigatoriamente na transição de geração, nas heranças apreendidas e levada para um novo status, vem assimilando aos poucos a diversidade dessa geração em sua história.

Caso não existissem mudanças de gerações, não haveria contato original, principalmente do tipo biológico ou vital, se assim o fosse, qualquer padrão social fundamental se perpetuaria, acentuando os perigos da unilateralidade, o que não se atribui à Blumenau.

Mas são estes – jovens – uma das possibilidades de renovação dos espaços, pois se não houvesse novas gerações, as demais gerações teriam que aprender a esquecer para poder renovar, no caso de Blumenau como há novas gerações ou juventudes que contrapõem o novo ao velho, a resistência pela tradição ganha elementos para se perpetuar enquanto defesa, mas não na sua totalidade. Portanto, a juventude vive nesse contraditório, o qual, mais acentua o processo de diversidade de alguns jovens do que os freia. Na essência, esse é o motor de uma rebeldia sem

causa, se a contestação não é política a juventude reivindica apenas um momento de transição de geração para geração, o qual na sociedade moderna encontra-se cada vez mais reduzido. Nelas – as sociedades modernas- os jovens tem poucas oportunidade de saírem dos grupos etários com papeis e status social já definidos. (MANNHEIM, 1978, p.48).

Na realidade, esse processo nem sempre resulta numa ruptura ou numa resignificação, pois os contatos não acontecem na originalidade devida. As condições já instituídas na vida social como já vimos acima, não só impedem renovação como também levam os jovens a atitudes de fidelidade com a geração adulta. Eles – os jovens – tendem a adaptar-se às gerações mais antigas, complementadas com a moderna tendência ao individualismo, tentando experienciar, mas ao mesmo tempo sendo fiel ao que está dado no sentido que o grupo é um espaço apenas de encontro e não de identidade ou contestação. Explicitam isso nas falas quando referenciam o exemplo dos mais velhos no resgate da tradição através das festas, da aparência da rua, da cidade organizada, em expressões como “é essa cidade que queremos”.

Os jovens de preto que encontramos em Blumenau é exemplo disso, se conhecem, mas estão fragmentados nos espaços, sem identidades de grupo sem mesmo de unidade de geração, além de todos cumprirem com quesitos básicos como serem trabalhadores e afirmarem como desejo maior, seguir o exemplo dos pais ou provar a eles seu sucesso, principalmente o profissional. Apesar disso, tudo nos remete a refletir que enquanto geração mais nova, mesmo dentro de uma sociedade um tanto estática, portanto, com os contatos originais prejudicados, reescrevem diferenciadamente suas histórias e seus espaços.

Blumenau historicamente conta com a juventude para rejuvenecer seus espaços, exemplo disso são as bandinhas típicas, os *Stantich*, as *Oktoberfest* ter como principal público os jovens, ainda, por ter sido protagonista na implementação de serviços e políticas públicas para seus jovens. Nesse período, adequou parte de seus espaços a eles e permitiu que eles – os jovens – permanecessem nos espaços como necessidade do contraditório para re-elaboração de novas ordens que a contemple e “modele” seus jovens, inclusive para as atuais práticas não institucionalizadas como a dos grupos espontâneos em questão neste trabalho.

Segundo Groppo, (2000), a multiplicidade das juventudes não se funda num vazio social ou numa dada cultura, não emerge de uma realidade meramente diversa, ininteligível e esvaecida. Tem como base experiências sócios culturais anteriores, paralelas ou posteriores que criaram e

recriaram as faixas etárias e institucionalizaram o curso da vida individual. No caso de Blumenau isso é evidente, mas num sentido universalista, que ao invés de incluir e dar referencial a juventude tende a confundi-la e por sua vez, incorporar a institucionalização dos jovens, que acabam, frente a esse movimento enviesado, por exercer meramente a tarefa de transição da esfera familiar para a vida social, apesar dela se caracteriza como integrativa.

Porquanto, nas sociedades, principalmente as mais estáticas terão mais cedo ou mais tarde de despertar esses recursos latentes e inclusive em muitos casos organizá-los. É o que se espera de Blumenau, se considerar seus desdobramentos referentes ao crescimento urbano, algo comum às demais cidades contemporâneas e a juventude como uma expressividade necessária a esse processo, pois, “só aqueles para quem os problemas de uma vida nova são um desafio real serão capazes de insuflar inspiração num mundo rotinizado” (MANNHEIM, 1978, p. 87). Neste sentido que este autor afirma que a Juventude é um dos mais importantes recursos espirituais latentes para a revitalização de nossa sociedade

Esse reconhecimento implica em desmistificar estereótipos determinados socialmente, o que não acontece sem estruturar conflitos, portanto se já há conflito geracional, podemos reconhecer que concomitantemente já existe essa desmistificação na prática, resta reconhecê-la socialmente. No caso dos jovens, a medida que estes negam-se, conscientemente ou não em assumir determinados estereótipos atribuídos a sua geração, automaticamente constroem uma desordem social, pois “questionam o modelo”. Esse conflito segundo Heller (1970), nada mais é que “(...) rebelião das sadias aspirações humanas contra o conformismo: é uma insurreição moral consciente ou inconsciente”. Nessa direção, a negação mesmo que sem ser percebida, se constitui em outro caminho para a construção da identidade deste público, uma vez que escolha ou aceitação do papel é ideal, só será internalizada ou assumida a medida que se viver esse papel em sua condição cotidiana.

Essa negação, reconhecemos como uma necessidade de reivindicação por parte dos jovens, já que podem ser constituídas de várias dimensões segundo Heller; “se as necessidades são simplesmente manifestações por gestos, com palavras e ações e sem darem motivos para justificá-la, ainda não são racionais” (HELLER, 1970, p.42), mas existem e, se as mesmas necessidades se generalizarem, podendo ser justificadas por valores e traduzidas na linguagem da reivindicações, podem tornar-se racionais. Talvez esse generalizar encontre-se na necessidade de coletivização dos jovens efetivada nos espaços da cidade, se considerarmos que sozinhos

declaram sofrer menos preconceitos ou até passarem despercebidos em suas diferenças, as quais se acentuam quando estão juntos.

Mas, o fato dessas novas necessidades às vezes parecerem irracionais é motivo suficiente para concluirmos que se deve reconhecer como reais todas as necessidades irracionais e não apenas as racionais.

Em síntese, tentar entender o mundo, fazer julgamentos sobre os atores, analisar, criticar, aceitar ou rejeitar as instituições políticas fora do raio de ação da pessoa, também são aspectos do “enfrentamento do contexto”.

A observação dos jovens no cotidiano blumenauense permitiu descobrir a diversidade de comportamento entre as diferentes juventudes dentro de um mesmo contexto. Permitiu reconhecer, que se movem diferentemente em busca de identidade e vivências, se vestem de maneira diferente reflexiva para serem vistos e reconhecidos, mas nem sempre se comportam de maneira diferente às gerações mais velhas. O que fazem é utilizar a moratória vital para expressar suas maneiras de pensar, de sentir e de agir, que nada mais são do que diferentes mapas de significação que orientam suas condutas, suas relações interindividuais e por fim suas trajetórias e entrada na vida adulta.

Concluimos afirmando a necessidade de uma cultura pública democrática para o reconhecimento e estimulação das potencialidades juvenis, nem que sejam estas apenas para elaborações subjetivas de uma dada geração. Se isso não ocorrer espontaneamente ou de forma provocada, acreditamos que será reivindicada como necessidade para um processo de transição. Acontecendo assim, de forma enviesada, será por conseguinte mais labutada do que o necessário, acarretando prejuízos sociais para ambas gerações.

Urge radicalizar a democracia e, no caso de Blumenau, impulsionar o processo de construção da esfera pública democrática²⁹, de modo que, em situação de impasse, conflito ou

²⁹ Para Telles (1994), uma cultura pública democrática “é aquela que se abre ao reconhecimento da legitimidade dos conflitos e da diversidade dos valores e interesses demandados como direito(..) os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais os dramas da existência são problematizados e julgados nas suas exigências de equidade e justiça. (...) Na medida em que são reconhecidos, os direitos estabelecem uma forma de sociabilidade regida pelo reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas. (...) isto requer a constituição de espaços públicos nos quais as diferenças possam se expressar se representar em uma negociação possível, nos quais a dimensão ética da vida social pode se constituir em um moralidade pública. (91-92)

disputas da natureza discutida neste trabalho e, mediadas pelo Estado, prevaleçam critérios coletivos, transparência, combate à impunidade, o arbítrio e a violência. Pois, segundo Mannheim (1972), “(...) o maior conflito de consciência de nossa juventude é, apenas, o reflexo do caos reinante em nossa vida pública (...)” e que o impulso e a latência das potencialidades das novas gerações dependem das estruturas social e cultural, sem esse referencial, elas demarcarão apenas a condição naturalista de geração.

Portando, juventude e pleno status social não são mais, na sociedade contemporânea, termos contraditórios, pelo contrário, tendem até a coincidir, com importante ressalva de que a “juventude” foi totalmente deturpada e alienada em relação a valores de autonomia e inconformismos.

5. REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ABAD, Miguel. “Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil”. Última Década, Vinã del Mar, CIDPA, março, 2002.
- ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro P. Retratos da Juventude Brasileira- Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania / Perseu Abramo, 2004.
- AGIR, Michel. Lugares e redes- as mediações da cultura urbana. In: Além dos territórios. Ana Maria NIEMEYER e Emília Pietrafesa de Godoy (orgs) Campinas: Mercado de letras, 1998.
- ARENDT, Hannah. -Sobre a Violência. R. J.: Relume-Dumara, 1994.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro, Forense-Univesitária. 1983.
- BAUER. Martin W. e GASKELL. George. (Ed). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – Petropolis, RJ: Vozes, 2002.
- BECKER. Wovald. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. 3ª ed. São Paulo, Hucitec, 1997.
- BENJAMIM, Walter. "Paris, Capital do Século XIX". KOTHE, F.R. Walter Benjamin. Sociologia. São Paulo, Ática, 1991.
- BERGER, P.I.; Luckmann, T - A Construção Social da Realidade. 12 ed. Petrópolis, Vozes, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. “A Juventude é apenas uma palavra” in *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: arco Zero Limitada, 1983.
- BRASIL. Lei Federal n.º 8069, de 13 de julho de 1990. – Estatuto da Criança e do Adolescente. . Congresso Nacional. Brasília, out. 1990.
- BLUMENAU. SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Programa Educação Social de Rua. Relatório dos atendimentos. Blumenau, 2001.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. (Coord.,i). Cultivando vida desarmando violências. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.
- CARDOSO, Irene Arruda Ribeiro. Maio de 68: o advento do individualismo e da heteronomia. Tempo Social, v.1, n.1,1990.
- CAREZIA, Roberto Marcelo. In. FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Meri (org). Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes. - Blumenau : Nova Letra, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. A nação como semióforo. In: Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Albano, 2000.
- COSTA, S. (1994), “Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil. Uma Abordagem Tentativa”. *Novos Estudos CEBRAP*, no 38, pp. 38-52
- EISENSTADT, S. N. De geração em geração. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Meri (org). Visoes do Vale :perspectivas historiograficas recentes. - Blumenau : Nova Letra, 2000.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos; WOLFF, Cristina Scheibe. Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1997.
- FORACCHI, Marialice M. A juventude na sociedade moderna. São Paulo: Pioneira, 1972.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: *Planejamento de Políticas Públicas*, Brasília, n21, jun. 2000.

- GROPPO, Luis Antonio. Juventude— ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- GROPPO, Luis Antonio. Uma onda mundial de revoltas. Movimentos Estudantis de 1968. Piracicaba. Editora UNESP, 2005.
- JOVCHELOVITCH, Sandra & Martin W. Bauer. Entrevista Narrativa, In BAUER, Martin W. & GASKELL, George (org.). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HALL, Peter A e TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. Lua Nova, 2003, no 58, p. 193-223. ISSN 01026445.
- HELLER, A. O cotidiano e a história. São Paulo: Paz e Terra (2000).
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: Intersubjetividade, espaço público e representações sociais. Textos em Representações Sociais, 2 ed, Petrópolis, RJ, Vozes, 1995.
- LAPASSADE, Georges. Os rebeldes sem causa. In: BRITTO, S. de. Sociologia da juventude III – A vida coletiva juvenil. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- LEVI, G. & SCHMIDT, J.C. História dos jovens II. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- MACHADO. Ricardo. De Colônia a Cidade: propriedade, mobilidade e ordem pública em Blumenau em fins do século XIX. Dissertação de Mestrado/História/UFSC. (2006).
- MAGNANI, J.G.C. “Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole”. IN: MAGNANI, J.G.C & TORRES, L.L. Na Metrópole: Textos de antropologia urbana. São Paulo; Fapesp, 1996.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. “TRIBOS URBANAS: metáfora ou categoria?” Disponível na Internet via WWW. URL:<http://www.aguaforte.com/antropologia/>.
- MAGNANI, J.G.C. “Circuito de Jovens”. In: MAGNANI, J.G.C & SOUZA, B.M. (org). Jovens na Metrópole: Etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo; Ed. Terceiro Nome, 2007.
- MANHEIMN, Karl. Funções das gerações novas. In: FORACCHI, M. M. & PEREIRA, L. Educação e sociedade — Leituras de sociologia da educação. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1978.
- _____. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, S. de. Sociologia da juventude I — da Europa de Marx à América de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia*. Coleção Os Grandes Cientistas Sociais (organizadora Foracchi, M.M.). São Paulo: Ática, 1982.
- MARGULIS, Mario & Urresti, Marcelo La juventud es más que una palabra. In: _____: La juventud es más que una palabra-Ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires, Edit. Biblos, 2000.
- MARTINS, Jose de Souza Reflexão crítica sobre o tema da exclusão social”. In :. Martins, J.S. A sociedade vista do abismo-novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. São Paulo:Vozes, 2001.
- MELLUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: Revista Brasileira de Educação- ANPED – Juventude e Contemporaneidade. n. 5 e 6 , 1997.

- MICHAUD, Eric. Soldados de uma idéia: os jovens sob o Terceiro Reich. In: LEVI, G. & SCHMIDT, J.C. História dos jovens II. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- PAIS, José Machado. Culturas Juvenis, Lisboa, Imprensa-Casa da Moeda, 1996.
- PAIS, José Machado & Blass, Leila (orgs.). (2004), *Tribos urbanas: produção artística e identidades*. São Paulo, Annablume/Capes.
- PARK, Robert Ezra "A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". In: VELHO, Otávio G.(org.) - O Fenômeno Urbano. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.
- PASSERINI, Luisa. (parte) A América da década de 1950. In: LEVI, G. & SCHMIDT, J.C. História dos jovens II. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- PERALVA, Angelina T. O jovem como modelo cultural. In: Revista Brasileira de Educação-ANPED – Juventude e Contemporaneidade. n. 5 e 6 , 1997. .
- _____. Violência e Democracia- o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão, 5ª ed. São Paulo, Nobel, 2000.
- SAWAIA, Bader B. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.
- SOUSA, Janice T. Ponte de. Reinvenções da Utopia- a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Haecker, 1999.
- SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. As insurgências e as novas narrativas políticas contra o instituído, Cadernos de Pesquisa Programa de pós-graduação em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis n. 32, 2002.
- SIMMEL, George "A Metrópole e a Vida Mental". In: VELHO, Otávio G. (org). O Fenômeno Urbano. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987 .
- SPOSITO, Marília P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade. Tempo Social, São Paulo, v.5, n. 1-2, nov. 1994.
- SPOSITO, M. P. "Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil". In: FREITAS, M.V.; PAPA, F. C. (orgs.). *Políticas públicas de juventude. Juventude em pauta*. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003.
- TELLES, Vera da Silva. 1994
- VELHO, G. "Unidade e Fragmentação em sociedades complexas e trajetória Individual e campo de possibilidades". In. Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexa. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.
- ZALUAR, Alba. Globalização do crime e os limites da explicação local. In: Velho, Gilberto & Alvito, Marcos. Cidadania e Violência. Rio: UFRJ/FGV, 2000.
- WEBER, Max "Conceito e categorias de cidade". In: VELHO, Otávio G. (org.) - O Fenômeno Urbano. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.
- WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida". VELHO, ° (org) O Fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.

Sites consultados

<http://www.ibge.org.br>. Acessado em 15/07/2005

<http://www.blumenau.sc.gov.br/seplan/index.htm>. Acessado em 15/07/2005

<http://www.aguaforte.com/antropologia/cidade.htm>. Acessado em 22/01/2006

<http://www.n-a-u.org/DEPERTOEDEDENTRO.html>, Núcleo de Antropologia Urbana da USP.
Acessado em 06/02/2006.

<http://www.stmt.com.br/encontros.htm>. Acessado 10/04/2006.

<http://www.wikipédia.com.br>. Acessado em 05/04/ 2008.

6. GLOSSÁRIO

Emo: (abreviação do inglês emotional) é um gênero de música derivado do Hardcore. O termo foi originalmente dado às bandas do cenário punk de Washington, DC que compunham num lirismo mais emotivo que o habitual.

Oktoberfest: é um festival de cerveja e uma feira de produtos e diversões celebrada originalmente em Munique (München), no estado da Baviera (Bayern), no sul da Alemanha, e disseminada por vários lugares do mundo. Em Munique, a Oktoberfest se inicia em meados de setembro e termina duas semanas mais tarde, no primeiro domingo de outubro - daí o nome Oktoberfest (Em alemão, “Oktober” significa outubro, e “Fest”, festa ou festival). No Brasil o festival é realizado em Blumenau/SC, Santa Cruz do Sul/RS, Igrejinha/RS, entre outras cidades.

Rap (do inglês Rhythm and Poetry, ritmo e poesia) é a expressão musical-verbal da cultura Hip Hop. A origem do Rap remonta à Jamaica, mais ou menos na década de 60 quando surgiram os Sound Systems, que eram colocados nas ruas dos guetos jamaicanos para animar bailes. No início da década de 70 muitos jovens jamaicanos foram obrigados a emigrar para os EUA, devido a uma crise econômica e social que se abateu sobre a ilha. E um em especial, o DJ jamaicano Kool Herc, introduziu em Nova Iorque a tradição dos Sound Systems e do canto falado, que se sofisticou com a invenção do scratch, um discípulo de Herc. O Rap, assim como o pagode, é um ritmo mais comum entre pessoas de classe social mais baixa.

Repper: Quem curte ou pratica RAP ou Hip Hop.

Hip-hop: é um movimento cultural iniciado no final da década de 1960 nos Estados Unidos como forma de reação aos conflitos sociais e à violência sofrida pelas classes menos favorecidas da sociedade urbana. É uma espécie de cultura das ruas, um movimento de reivindicação de espaço e voz das periferias, traduzido nas letras questionadoras e agressivas, no ritmo forte e intenso e nas imagens grafitadas pelos muros das cidades. O hip hop como movimento cultural é composto por quatro manifestações artísticas principais: o canto do rap (sigla para rhythm-and-poetry), a instrumentação dos DJs, a dança do break dance e a pintura do grafite. O termo música hip hop refere-se aos elementos rap e DJ, sendo hip hop também usado como sinônimo de rap.

Rock and roll: (também escrito rock ‘n’ roll) é um gênero de música que emergiu e se definiu no sul dos Estados Unidos durante a década de 50, rapidamente se espalhando pelo resto do mundo. Evoluiu mais tarde para diversos sub-gêneros no que hoje é definido simplesmente como

“rock”. Atualmente, o termo “rock and roll” tem diversos significados, seja para definir o rock tradicional ao estilo dos anos 50, ou para definir o rock surgido posteriormente, e até mesmo certas vertentes da música pop.

Skinhead: é o nome de uma subcultura caracterizada pelo corte de cabelo muito curto ou rapado (há algumas exceções), um estilo particular de se vestir (que costuma incluir botas e/ou suspensórios), o culto à virilidade, ao futebol e ao hábito de beber cerveja. A cultura skinhead é também ligada à música, especialmente ska, skinhead reggae, mas também punk rock e hardcore. Suas origens remetem ao Reino Unido na década de 1960, onde são proximamente ligados com os rude boys e os Mod da Inglaterra.

No Brasil existem os Carecas, estilo politizado de carácter patriota, ultra-nacionalista, conservador, fascista e/ou integralista que promove ações violentas contra homossexuais, esquerdistas, diferentes tribos urbanas (em especial àquelas ligadas ao pensamento de esquerda), drogados, neonazistas e em alguns casos judeus, prostitutas, e outras minorias. As principais gangues e a maioria dos indivíduos são anti-racistas uma vez que defendem a tese de que a identidade e raça original da população brasileira é a miscigenação de todas as raças, mas existem carecas indiferentes ou simpatizantes, em especial na região Sul e Sudeste do país, onde há um movimento de independência de carácter muitas vezes branco-separatista

Skate: é uma prática que deixou de ser apenas um esporte, hoje é um estilo de vida. Os principais skatistas além de viverem do esporte, ditam moda. O esporte movimenta milhões de dólares todos os anos e sua indústria é uma das mais prósperas indústrias do esporte no mundo.

Stammtisch: é formado da junção das palavras stamm, que significa tronco e tisch, que significa mesa. Ou seja, numa tradução fiel "mesa de tronco". □ O dicionário Michaelis (alemão/ português), acrescenta dois outros aspectos que procuram explicar o significado do termo: "Stammtisch, mesa cativa de grupo de frequentadores". Desta forma, define um local pré-determinado (mesa cativa) e incorpora, a este local, a presença de um grupo de frequentadores habituais. Em Blumenau esse encontro ocorre uma vez ao ano, na rua XV de novembro, onde cada grupo monta uma barraca e oferece um determinado tipo de comida, feita por eles e regado a muita cervaja. O encontro dura em media 12h. □

7. ANEXOS

Ocupação coletiva de espaços públicos por jovens de Blumenau:
uma possibilidade de socialização e juvenilização social
